



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

TÁSSIO DE OLIVEIRA SOARES

**A FORMAÇÃO DO TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA E O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DE ECONOMIAS ALTERNATIVAS:
UMA ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA DO IFTO**

**PALMAS
2016**



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

TÁSSIO DE OLIVEIRA SOARES

**A FORMAÇÃO DO TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA E O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DE ECONOMIAS ALTERNATIVAS:
UMA ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA DO IFTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do Título
de Tecnólogo do Curso Superior de
Tecnologia em Gestão Pública do Instituto
Federal do Tocantins, Campus Palmas.

Orientador: Prof. Me. Carlos Eduardo
Panosso

**PALMAS
2016**

Soares, Tássio de Oliveira.

A Formação do Tecnólogo em Gestão Pública e o Desenvolvimento Regional a partir de Economias Alternativas: Uma Análise do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFTO / Tássio de Oliveira Soares. – Palmas, 2016.
95 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação do Tocantins, Campus Palmas, 2016.

Orientador(a): Prof. Carlos Eduardo Panosso

1. Desenvolvimento. 2. Economias Alternativas. I. Título

TÁSSIO DE OLIVEIRA SOARES

**A FORMAÇÃO DO TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA E O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DE ECONOMIAS ALTERNATIVAS:
UMA ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA DO IFTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Coordenação do Curso de Superior de
Tecnologia em Gestão Pública do Instituto
Federal do Tocantins – Campus Palmas,
como exigência à obtenção do grau em
Tecnólogo.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA AVALIADORA

Me. CARLOS EDUARDO PANOSSO
IFTO – *Campus Palmas*

Esp. LUIZ ANTÔNIO LOPES TOLEDO
IFTO – *Campus Palmas*

Ma. LUANA DE SOUSA OLIVEIRA
IFTO – *Campus Palmas*

**PALMAS
2016**

A finalização deste curso e a conclusão deste trabalho é Graça Divina que concretiza meu desejo de que todo o trabalho que eu realize sirva ao Sagrado! Portanto, além de dedicar, como fiz outrora, este esforço aos meus pais, Josimar e Salvelina, pelo amor e por me educarem na cultura do bem e da simplicidade, aos meus irmãos Tamara e Josimar Júnior que compartilham comigo o mesmo cuidado e aconchego familiar; dedico também à Vida que me convidou a trilhar este (per)Curso, fazendo-me abandonar alguns valores e ganhar outros, numa jornada aventureira, ora alegre, ora cansativa, mas repleta do Novo!

AGRADECIMENTOS

A Deus que em mim habita, cria, move e renova o mundo, minha máxima gratidão!

A toda minha família que mesmo distante e em sua simplicidade sempre tratou com nobreza o meu gosto pelos estudos. A parte Tocantinense de minha família que sempre receberam a mim e aos meus com alegria. Agradeço no nome do meu tio Jorge Luz.

Da mesma forma agradeço às comunidades de amigos nas cidades de São Francisco do Piauí e de Floriano pelo incentivo ao crescimento e ao estudo com que me permitiram crescer e desenvolver. Por digno cito os nomes dos companheiros Eduardo e Wagner Fontes, Cristiano Rodrigues e Frei Erivelton Passos!

Aos amigos de Palmas que permitem ser minha família fora e Casa! As famílias de Estalina Azevedo e Rafael Fogliato, Magna Patury, Letícia Izidoro e Daniel Queiroga, Bete Fregonesi, Cláudio e Gicelly, Wayne e Dinéia Mathews e à família Arnaldo Freire.

Aos companheiros de república e da vida longe de casa, Róger, Miguel, Fernandinho, Expedito, Leandro, Gustavo Freitas, Gustavo Fonseca, Freitinhas, Anderson Borges, Jorgim, Moisés, Isabela Bernardes e Annye Adriely. Junto a eles a extensão de amigos que a vida deu-me durante a estadia em Palmas, comadre Karine, compadre Félix, Poliana Marrazzi, Caruline Emunnele, Camila Bernardes, Maria José Moraes, Rayanne Souza, Padre Agostinho entre tantos muitos outros.

A categoria dos psicólogos do Tocantins por me confiarem a missão de conselheiro, a(o)s funcionária(o)s do Conselho Regional de Psicologia 23ª Região e aos conselheiros do I Plenário – Tocantins, por me conduzirem a honrada missão de ser o primeiro presidente do Regional.

Além deste, às psicólogas, Nelma Silva e Moara Gamba, do Conselho Regional de Psicologia 22ª Região – Maranhão, firmes companheiras de batalha. Aos funcionários e conselheiros do Conselho Federal de Psicologia que muito me ensinaram neste percurso.

Aos que nesta missão classista me permitiram-me torna-se seu amigo, Júnia Gomes, Mariana Miranda, Jonatha Rospide, Alberto Calafate, Camila Brusch e minha eterna professora Nara Wanda Zamora Hernandez. A Eduardo Pinho,

companheiro de todos os momentos neste período, que se tornou um irmão. Valeu maninho!

Aos colegas da Casa Civil da Governadoria e aos colegas do Tribunal de Justiça do Tocantins, casa onde trabalhei por quase um ano e donde agradeço as sempre ricas conversas com a psicóloga Bárbara Cristine e do psicólogo e professor Dr. Rodolfo Petrelli.

Aos mestres do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública que se empenham em ofertar serviços educacionais de qualidade visando o melhor à nossa formação. Ao professor Carlos Eduardo Panosso, o Kadu, que de bom grado aceitou o convite de me orientar e com o qual compartilho a convicção de que estamos no mundo precisamos uns dos outros.

Aos indispensáveis colegas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFTO, sem os quais a motivação e o enfrentamento seriam rarefeito. Cito os nomes de Aurinéia, Bruno, Flávia, Hayala, Jackeline, Jonathas, Juliete, Lindamar, Miriam, Samara, Silas e Thiago. Todos são muito importantes para mim, mas especialmente agradeço a amizade dos companheiros Marcus Vinícius, Mirócles Cravalho e José Augusto, por serem parceiros inigualáveis neste percurso. Sem vocês seria bem mais difícil terminar!

Por fim, não conseguiria descrever a gratidão que sinto, nem listar todas as pessoas que me ajudaram nesse percurso, mas sei da importância de cada um e guardo por tod@s reconhecimento pelos gestos de cuidado para comigo. Sintam se todos co-participes dessa conquista!

[...] el proceso de repensar radicalmente el desarrollo y la modernidad podría abrir las puertas a poderosas posibilidades. Si aceptamos ya sea la necesidad de rebasar la modernidad o el planteamiento de que estamos en un período de transición paradigmática, esto quiere decir que los conceptos de desarrollo y del Tercer Mundo ya pertenecen al pasado: que en paz descansen.

A este respecto, nos deja perplejos la aparente incapacidad por parte de desarrollistas y pensadores eurocéntricos de imaginar un mundo sin y más allá del desarrollo y la modernidad; este es un asunto de suma importancia que urge señalar a dichos pensadores. Ya no puede pensarse la modernidad como la Gran Singularidad, el atractor gigante hacia el cual todas las tendencias gravitan ineludiblemente, el camino a ser caminado por todas las trayectorias que desembocarían en un estado inevitablemente estable.

Arturo Escobar

RESUMO

A FORMAÇÃO DO TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DE ECONOMIAS ALTERNATIVAS: UMA ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA DO IFTO

O presente estudo teve como objetivo investigar se Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFTO dispõe de diretrizes que orientem os seus futuros profissionais para o trabalho que promova o desenvolvimento regional por meio de alternativas econômicas. Neste intuito foi realizado um estudo de natureza qualitativa, donde foram utilizadas as estratégias metodológicas de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A partir da pesquisa bibliográfica, pôde-se abordar temas como as economias alternativas, teorias do desenvolvimento, desenvolvimento regional, formação profissionalizante e tecnológica, especificamente o curso superior de tecnologia em gestão pública do IFTO. A luz da literatura levantada, pôde-se proceder à análise documental no arquivo do PPC buscando suas interfaces com as economias alternativas e o Desenvolvimento Regional. Pôde-se constatar que a orientação pedagógica contida no PPC do curso trata tanto direta quanto indiretamente do tema das economias alternativas e do desenvolvimento regional, ampliando relativamente a visão do profissional formado pelo curso.

Palavra-chave: Desenvolvimento, Economias Alternativas, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

ABSTRACT

THE FORMATION OF TECHNOLOGIST IN PUBLIC MANAGEMENT AND DEVELOPMENT REGIONAL FROM ALTERNATIVE ECONOMIES: AN ANALYSIS OF THE PEDAGOGICAL COURSE PROJECT OF GRADUATE TECHNOLOGY IN PUBLIC ADMINISTRATION OF IFTO

This study aimed to investigate whether Pedagogical Course Project (PPC) of Graduate Technology in Public Administration of IFTO offers guidelines to guide their future professionals to work to promote regional development through economic alternatives. To this end it conducted a qualitative study, from which the methodological strategies of bibliographic and documentary research were used. From the literature, it was possible to address issues such as alternative economies, theories of development, regional development, vocational and technological training, specifically the upper reaches of technology in public management IFTO. The light of the raised literature, it could proceed with the document analysis on PPC file seeking its interfaces with alternative economies and Regional Development. It could be observed that the pedagogical stance in the PPC course addresses both directly and indirectly the subject of alternative economies and regional development, expanding relatively professional vision formed by the course.

Key-words: Development, Alternative Economies, Graduate Technology in Public Administration of IFTO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

ODM – Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio

ONU – Organização das Nações Unidas

EAA – Escola de Aprendizes Artífices

MEC – Ministério da Educação e Cultura

CST – Curso Superior de Tecnologia

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

DIREC – Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias

REDENET – Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
2.1 Economias Alternativas.....	14
2.2 Teorias do Desenvolvimento Econômico	18
2.2.1 Desenvolvimento Regional.....	21
2.3 Formação Profissionalizante e Tecnológica.....	22
2.4 O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFTO	30
3 MATERIAIS E MÉTODOS	33
3.1 Caracterização do estudo.....	33
3.2 Procedimentos e Instrumentos Metodológicos.....	33
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	47
ANEXOS	51

1 INTRODUÇÃO

O paradigma de desenvolvimento econômico difundido pelas grandes potências mundiais, colocado pela Teoria do Desenvolvimento, surge em meados do século passado como uma esperança no Pós-Guerra e passa a ser, por um lado, modelo hegemônico para as economias de muitos países pelo mundo e por outro, modelo para resolução de problemas econômicos, sendo ansiado também por muitos países em desenvolvimento.

Em face deste contexto e considerando que a Teoria do Desenvolvimento Econômico não conseguiu minimizar os problemas derivados das situações de pobreza em muitos países, ocorreu pelo mundo um movimento de fortalecimento e criação de formas alternativas para lidar com os problemas econômicos que causavam graves problemas estruturais para o desenvolvimento de vários países.

As economias alternativas surgem então como um movimento que refuta os modelos econômicos tidos como hegemônicos baseados na Teoria do Desenvolvimento. Elas propiciam a implementação de práticas alternativas para os desenvolvimentos econômico e social de dado território. Este movimento passa necessariamente por uma reflexão crítica do conceito de desenvolvimento e da abordagem do desenvolvimento regional, característica indispensável a quem venha trabalhar com tema.

Esta reflexão encontra no contexto da educação um espaço por excelência para a construção e reconstrução de significações, ou seja, este tem potencial tanto para reforçar paradigmas pré-estabelecidos como de repensá-los e provocar a mudança social.

Aliás, a educação também se transforma com as mudanças sociais, fato bem perceptível na educação profissional que se transforma no tempo para atender demandas da sociedade e do mercado de trabalho. Neste ínterim percebe-se que a formação de tecnólogos surge como sinais da transformação ocorrida no mundo todo, especialmente no mercado de trabalho.

Desta forma, sendo o tecnólogo em Gestão Pública um profissional formado a partir do processo educacional e que deve atuar considerando as questões do desenvolvimento local, surge como questão se o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, enquanto documento norteador pedagógico e político do Curso estão abordando o Desenvolvimento Regional na

formação e qual interface desta abordagem com as economias alternativas, visto a amplitude que estas tem ganhado no contexto sócio econômico atual.

É neste contexto que o presente trabalho objetivou investigar se Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFTO dispõe de diretrizes que orientem os seus futuros profissionais para o trabalho que promova o desenvolvimento regional por meio de alternativas.

Para tanto foram traçados como objetivos específicos (a) produzir Referencial Teórico nos temas correlatos à esta pesquisa, que são, Economias Alternativas, Teorias do Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Regional, Formação Profissionalizante e Tecnológica, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFTO; (b) analisar o Projeto Pedagógico do Curso, identificando as partes que tratam dos temas de Desenvolvimento Regional e Economias Alternativas e (c) analisar tais itens identificados a partir do Referencial Teórico construído.

O presente trabalho pode ser justificado considerando que o tecnólogo em Gestão Pública é um profissional formado a partir do processo educacional, sua formação terá direta relação com o papel que virá a desempenhar no planejamento e execução de políticas de Desenvolvimento Regional e que a formação ofertada pelos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia devem, por Lei, dar ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Neste contexto, sendo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) uma unidade curricular obrigatória do CST em Gestão Pública e considerando que tem entre seus objetivos “desenvolver a capacidade de planejamento e disciplina para resolver problemas dentro das áreas de formação específica” (IFTO, 2014, p.19) buscou-se proceder este estudo utilizando TCC como meio de realiza-lo.

Para dar cabo a esta investigação, foi realizado um estudo de natureza qualitativa, donde foram utilizadas as estratégias metodológicas de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

O estudo permitiu contatar que a orientação pedagógica contida no PPC do curso trata tanto direta quanto indiretamente do tema das economias alternativas e do Desenvolvimento Regional, ampliando a visão do profissional formado pelo curso. As diretrizes propiciam ainda a realização de atividades nas áreas de pesquisa, ensino e extensão contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável e a qualidade de vida das pessoas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Economias Alternativas

Os modelos econômicos, formulados a partir da Teoria do Desenvolvimento Econômico, são tidos pelas grandes potências mundiais como referência de desenvolvimento e prenunciam resultados que são objetos da aspiração de muitos países em desenvolvimento.

O conjunto destes modelos conhecidos em diferentes períodos da história, não raramente, é apontado como um modelo hegemônico para economias de muitos países pelo mundo, como também, com frequência, estudiosos apontam seu fracasso no enfrentamento dos problemas oriundos da pobreza e vulnerabilidades, especialmente nos países em desenvolvimento.

Estes modelos tem um paradigma econômico pouco flexível colocado pela Teoria do Desenvolvimento Econômico que está atrelada ao crescimento de produção, acúmulo de capital e sucesso financeiro.

Esta Teoria surge em meados do século passado como uma esperança no Pós-Guerra para resolução de problemas econômicos em países pobres e, apesar de considerar paulatinamente aspectos como sustentabilidade e qualidade de vida, a implementação destas características nunca foi o forte dos seus modelos econômicos.

A Teoria do Desenvolvimento tem a sua origem com a dissolução dos Impérios coloniais a partir de 1945. Com o início da grande vaga independentista do pós-guerra regista-se a passagem duma tutela colonial, com definição das atividades a desenvolver por parte duma elite branca, para uma autonomia política de base “nacional”. Essa nova realidade exige a reformulação dos processos de desenvolvimento. A teoria do desenvolvimento surge como um ramo específico da economia, para resolver a questão de como promover o desenvolvimento nos países pobres. (FANTASIA e LEITE, 2015, p.6)

Com o passar dos anos, a partir desta Teoria, foram sendo criadas formas de intervenção que procuravam emergir o desenvolvimento nos países pobres. Para Fantasia e Leite (2015) tais formas ficaram evidenciadas por meio de alguns modelos que nortearam as ações desenvolvimentistas no mundo, a saber, o modelo de modernização, de economias planificadas e de ajustamento estrutural.

Um dos grandes marcos dentre tais modelos econômicos, conforme apontam Fantasia e Leite (2015), é a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio (ODM), traçados no início dos anos 2000 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) como uma estratégia importante no enfrentamento aos problemas dos países pobres.

Tal estratégia foi tida como plausível pois de fato trazia uma novidade em relação aos modelos outrora implementados, qual seja, o fomento à realização de projetos de desenvolvimento e investimentos em políticas públicas ao invés de bater na tecla da industrialização como caminho para o desenvolvimento.

No entanto a estratégia dos ODM também impôs dificuldades, especialmente para países pobres, pois no início de sua implementação muitos destes não conseguiram recursos para realizar políticas de desenvolvimento em virtude da aquisição de recursos ocorrer por financiamento via instituições financeiras, que condiciona a concessão a uma série de regras, como explica os autores:

Os seus programas ficaram dependentes das ajudas externas para concretizar os ODM. As instituições de financiamento (BM e FMI) condicionavam a ajuda à aplicação de programas de ajustamento estrutural. Os beneficiários obrigaram-se a aceitar regras de estabilização econômica e financeira, a implementar processos de abertura ao mercado e de democratização da vida política. (FANTASIA e LEITE, 2015, p.10)

Diante deste cenário pouco favorável para os países pobres, com a falta de alternativas para minimização dos problemas derivados das situações de pobreza, ocorreu pelo mundo um movimento de fortalecimentos e criação de formas alternativas para lidar com problemas econômicos que causavam graves problemas estruturais em vários países.

Um exemplo deste quadro é a Economia Criativa, campo da economia que foi reconhecida a partir do discurso intitulado "*Creative Nation*" (Nação Criativa), proferido pelo Primeiro-Ministro da Austrália, Paul Keating, em 1994 (UNCTAD, 2010).

A Teoria do Desenvolvimento começa a ser objeto de reflexão de diversos pensadores da economia. A crítica à concepção hegemônica de desenvolvimento é nefrágica neste processo de reconhecimento de alternativas.

Da querela entre Crescimento e Desenvolvimento Económico, das teorias da modernização económica através dos investimentos em ciência e tecnologia, às críticas da teoria da dependência e do subdesenvolvimento, emerge nessa altura a necessidade de uma postura crítica a esse conceito (FANTASIA e LEITE, 2015, p.2)

Neste contexto merece destaque a obra do pensador indiano, Amartya Sen, que questiona que o desenvolvimento de uma nação esteja atrelado apenas à oferta de direitos sociais básicos. Para ele o desenvolvimento está essencialmente ligado às oportunidades que um lugar oferece aos seus de fazer escolhas e exercer sua cidadania.

Ideias como essa têm ampliado seus espaços, sobretudo aqui no Brasil, como formas alternativas de economia, a exemplo da economia solidária já bem conhecidas neste contexto. Para Singer (2004, p.11) “A economia solidária surgiu historicamente como reação contra as injustiças perpetradas pelos que impulsionam o desenvolvimento capitalista” na Primeira Revolução Industrial e agora com a Terceira.

Esse movimento que refuta o conceito hegemônico de desenvolvimento tecido pela Teoria do Desenvolvimento e que propicia o surgimento de várias práticas alternativas para os desenvolvimentos econômico e social locais, será denominado neste trabalho de economias alternativas.

Cumprir explicar que a alcunha do termo foi a mais adequada para tratar do tema em face da já referida falta de alternativas econômicas, mas, no entanto este conjunto ou estes conjuntos de estratégias alternativas de desenvolvimento ganham outras denominações, com outros termos, tais como economias sociais, solidárias e comunitárias, conforme elucidado adiante:

O mundo contemporâneo passa por um momento histórico particular e único, no qual está ocorrendo o desenvolvimento de economias alternativas ao sistema capitalista, que funcionam dentro dele mas o contestam em sua base fundamental. Entre as alternativas de desenvolvimento local estão as chamadas economia social, economia solidária, economia popular ou ainda terceiro setor.

A partir de diversos autores que vêm trabalhando com o tema, o termo economia social sintetiza uma diversidade de experiências organizacionais de caráter econômico, baseadas em novas formas de solidariedade.

Em geral essas denominações referem-se aos diferentes setores e formas de organização coletiva de trabalhadores, de geração de trabalho e renda, tendo entre seus traços característicos a gestão autônoma, participativa e democrática, o compromisso com a auto-sustentabilidade e a busca do desenvolvimento humano integral. (SENHORAS, 2005, p. 139/140)

As alternativas econômicas surgem não só como práticas com desdobramentos no campo mais imediato da vida das pessoas, mas surge também como um campo do conhecimento que traz como um ponto central o repensar de conceitos hegemônicos de desenvolvimento, viabilizando diferentes caminhos para o desenvolvimento das pessoas, comunidades e sociedades, conforme explica Escobar (2005, p.251).

Se ha hablado sobre la importancia de reinventar el desarrollo; de pensar en "otro desarrollo", de realizar "contradesarrollo". Hay que recalcar que el problema más que en el campo conceptual se da en el campo de las "prácticas de desarrollo". Podemos cambiar el concepto de desarrollo, pero seguir con sus mismas prácticas. Teoría y acción van de la mano. Un nuevo modelo de sociedad (de "desarrollo") implica trabajar en ambas direcciones. Lo importante, como se ha señalado, es ver el desarrollo realmente existente, llámese dominante o alternativo. Cuando escuchemos hablar de un modelo alternativo preguntar qué es lo que lo hace alternativo en la realidad (no en el papel). Hemos visto que modelos dominantes se visten de alternativos para perpetuar su dominio.

Esta falta de discernimento entre modelos dominantes e alternativos referida pelo autor no final da citação, pode ser captado pelo fato de que a redução da pobreza e o enfrentam aos problemas por ela gerado, mostra-se interesse de todas as nações, mas o modelo de desenvolvimento por hora implementado, inviabiliza que as nações pobres tenham condições autônomas para tal enfrentamento.

Para além disto, o modelo de desenvolvimento colocado pelos países desenvolvidos coloca os países pobres à mercê dos ricos, que não raramente se beneficiam com a manutenção de relações coloniais com as nações pobres (ESCOBAR, 2005).

Disto isto e para fazer um apanhado das ideias aqui apresentadas pode-se mentar que diante de um quadro econômico pouco favorável para alguns países, especialmente no mundo capitalista, surge um movimento que questiona os modelos econômicos hegemônicos e exploradores, o que permite o surgimento e fortalecimento de praticas que visam alternativas ao Desenvolvimento Econômico e Social e de forma mais localizada, como apontado no item 2.2.1 deste trabalho.

Estas atividades mostram resultados que impactam significativamente a vida das pessoas por ela afeta, desta forma dando corpo às críticas feitas aos modelos econômicos vigentes e possibilitando uma pluralidade de formas de contribuição ao Desenvolvimento Regional.

As economias alternativas vêm traçando um percurso que permite seu fortalecimento junto as comunidades onde é implementada, reforçando na sociedade valores que parecem *démodé*, ou mesmo de fato pouco praticados, na conjuntura atual do mundo capitalista, como a sustentabilidade, a solidariedade e a autonomia das pessoas e comunidades.

Destarte as formas alternativas de economia são uma grande aposta para o desenvolvimento econômico e social de países e suas regiões. Este processo passa necessariamente por uma releitura do conceito de desenvolvimento e da abordagem do desenvolvimento regional, sendo esta uma característica indispensável à qualidade do planejamento e execução de políticas públicas nesta área.

2.2 Teorias do Desenvolvimento Econômico

A palavra desenvolvimento designa um fenômeno do qual se ocupa diversas áreas do conhecimento. É amplamente usada nas ciências sociais, mas também nas ciências da comunicação e informática. Trata-se, portanto, de um termo de significado amplo e polissêmico.

O desenvolvimento é um fenômeno de natureza social marcado pela controvérsia quanto às suas formas de concepção e de aferimento. Isso se deve basicamente ao fato de que o desenvolvimento só existe como tal à medida em que passa a ser percebido como uma situação que promove mudanças em determinada coletividade humana. Tais mudanças se dão graças a ações individuais e coletivas que podem produzir impactos positivos em seus meios de vida. Todavia, nem sempre as ações promovem a melhoria do nível de vida de todos. Assim sendo, qualquer forma de aferição dos níveis de desenvolvimento de determinado país, região ou município estará sujeita a críticas teóricas e metodológicas. (CONTEATO e FILLIPI, 2009, p. 11)

Dicionários da língua portuguesa registram que a palavra desenvolvimento é relativa a progresso qualitativo, ou seja, trata-se de uma transformação para melhor, sendo, portanto, mais abrangente em seu significado do que o termo crescimento que é relativa ao aumento quantitativo. Tem-se, portanto, que nem todo crescimento é desenvolvimento.

Mesmo em um âmbito mais estrito como o campo da economia, o desenvolvimento continua a ser um tema amplo. Muitos teóricos e pensadores tem

se debruçado sobre o assunto, especialmente por que a concepção a ele dada vai direcionar práticas econômicas que impactaram de alguma forma a vida das pessoas e os ambientes em que estão inseridas.

Entre as abordagens feitas ao desenvolvimento no campo econômico está a Teoria do Desenvolvimento Econômico. Esta teoria tem como de seus principais expoentes o economista e cientista político Joseph Alois Schumpeter. Para o pensador austríaco a análise do desenvolvimento econômico deve levar em consideração “as bases sob as quais atua o mecanismo econômico. São elas: a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência” (COSTA, 2006, p. 3).

Em sua obra “*Die Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*” (Teoria do Desenvolvimento Econômico), defende que as inovações tecnológicas são as propulsoras do desenvolvimento capitalista, haja vista que proporcionam o aumento na produção e consequente crescimento econômico (SCHUMPETER, 1982, p.99). Em uma releitura da obra, escreve Achyles Costa:

Admitem-se incrementos na produtividade, decorrentes de aperfeiçoamentos no processo de trabalho e de mudanças tecnológicas contínuas na função de produção. Entretanto, essa base tecnológica já é conhecida, incorporada que foi com o tempo na matriz produtiva da economia. [...]

[...] Contudo, esses tipos de inovações, que são originadas no próprio sistema, quando introduzidas na atividade econômica, produzem mudanças que são qualitativamente diferentes daquelas alterações do dia-a-dia, levando ao rompimento do equilíbrio alcançado no fluxo circular. Assim, a evolução econômica se caracteriza por rupturas e descontinuidades com a situação presente e se devem à introdução de novidades na maneira de o sistema funcionar. (COSTA, 2006, p. 3/4)

A Teoria do Desenvolvimento Econômico foi referência para implementação de diversos modelos de desenvolvimento pelo mundo, no entanto recebeu diversas críticas. Conforme mostrado no título anterior deste trabalho, tais modelo mostraram-se inviabilizadores de condições autônomas por parte das nações pobres para conquista de seu desenvolvimento.

Economistas como Celso Furtado, alertaram que:

O objetivo da teoria do desenvolvimento econômico, portanto, não é explicar porque a economia está mudando permanentemente, e sim como em nossa economia o fator trabalho vai progressivamente aumentando sua produtividade. (FURTADO, 1951, p. 14)

Em uma outra perspectiva, Cláudio Paiva coloca que:

Desde o fim da segunda guerra mundial, podemos detectar no filão das pesquisas em Ciências Sociais (como base para as Ciências da Informação e da Comunicação.), a chamada “Teoria do Desenvolvimento”, que nasceu com matizes funcionalistas, sob os auspícios do Estado norte-americano, como expressam os trabalhos de Daniel Lerner e Evereth Rogers, respectivamente, “*The Passing of Traditional Society – Modernization in the Middle East*” (1958) e “*Mass Media and interpersonal communication*”, 1973. Em linhas gerais, essa teoria originalmente visava habilitar os recursos humanos na transferência, difusão ou extensão de informações nas áreas urbanas e rurais. Assim, tinha por objetivo a adaptação das populações carentes ao mundo urbano e industrializado, considerando os efeitos “benéficos” dos meios de comunicação. (PAIVA, 2002, p. 10/11)

Esse processo de reflexão do modelo hegemônico de desenvolvimento culminou em, além de críticas, em uma Teoria Crítica do Desenvolvimento que tem como um dos seus principais autores Arturo Escobar, conforme, citado adiante ele:

[...] é o principal expoente que tem se dedicado a trabalhar mais diretamente com a categoria desenvolvimento. Representante da antropologia do desenvolvimento, que tem o pós-estruturalismo como matriz teórica, centrando seus estudos na América Latina, o autor se tornou em uma importante voz crítica do desenvolvimento desde o início dos anos 1990, articulando sua crítica em torno dos discursos e práticas em que a ideia do desenvolvimento procurou se naturalizar como uma versão modernizante, de um único mundo possível. (NESKE, 2014 p. 31/32)

A perspectiva crítica ao desenvolvimento é preciosa a este trabalho. Sem ela não há alternativas no panorama de desenvolvimento econômico ou mesmo social, ou seja, não há como falar em economias alternativas, pois conforme coloca Celso Furtado:

A análise econômica não nos pode dizer porque uma sociedade se desenvolve e a que agentes sociais se deve esse processo. Não obstante, a análise econômica pode precisar o mecanismo do desenvolvimento econômico. (FURTADO, 1951, p. 14)

O desenvolvimento é um chamando humano do qual não se deve prescindir os indivíduos e as coletividades. Ainda que em termos econômicos seja controversa sua concepção e finalidade ele deve ocorrer, respeitado os paradigmas e as necessidades que é peculiar a cada pessoa e cada sociedade. Nesta perspectiva é salutar as contribuições do Desenvolvimento Regional para o desenvolvimento econômico e social.

Desta forma a implantação de estratégias que visem a contribuição para desenvolvimento de um local e uma sociedade, deve considerar as especificidades de tal território e sua coletividade especialmente para se ter parâmetros do desenvolvimento, sob pena de continuarem a considerar padrões pouco variáveis na avaliação dos processos de desenvolvimento.

2.2.1 Desenvolvimento Regional

A explanação até agora tecida sobre desenvolvimento, tem linhas mais definidas quando transportada para o âmbito do território geográfico, ou melhor dizendo, para o Desenvolvimento Regional.

o desenvolvimento regional pode ser entendido como as forças que permitem a implantação de um processo de desenvolvimento no interior de uma região. A relevância do espaço regional nos estudos sobre desenvolvimento não é um “efeito-moda” nas ciências sociais, mas sim o reconhecimento de que o território não é mero objeto de suporte, mas espaço vivido de confluência e síntese dos processos sociais e que é em nível local que o desenvolvimento realmente ocorre. (SANTOS, SOUZA e PEREIRA, 2014, p. 3)

Este entendimento tem grande compreensão sobre o fenômeno do Desenvolvimento Regional, apesar de, assim como o desenvolvimento econômico, não ter uma única concepção. A literatura sobre o tema registra pelo menos três abordagens diferentes sobre o assunto, conforme a citação a seguir:

Assim, as teorias sobre desenvolvimento regional podem ser genericamente sistematizadas em três correntes (Clemente, 1994). A primeira enfatiza a especialização e a diversificação das atividades regionais, o aumento da produtividade, a formação de capital, a infraestrutura, a interação interna das regiões e a inovação tecnológica e social. A segunda busca, no ambiente externo, os recursos naturais e humanos, o acesso à informação, a matéria-prima e as mercadorias. Já a terceira corrente procura transmitir a inovação e a mobilidade para as áreas envolvidas, integrando fatores econômicos, sociais e políticos ao desenvolvimento regional. (ZANCHET e SIEDENBERG, 2012, p. 113)

Em qualquer uma das abordagens dada ao Desenvolvimento Regional, o conceito de região ou território, deverá ser tratado e a concepção a ele dada é um dos principais vetores no delineamento de tal abordagem. Conforme explicam Santos, Souza e Pereira (2014, p. 3):

Assim, a região passa a ser entendida como uma categoria de análise que permite apreender como uma mesma forma de produção ocorre em diversas partes do mundo, reproduzindo-se de acordo com suas especificidades regionais. Santos (1988, p.64) [apud Santos, Souza e Pereira (2014)] ainda destaca que “estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição.

O território é o espaço específico, ao passo que é complexo e requer minuciosa e dedicada análise. A compreensão dada ao território e os paradigmas de desenvolvimento que este dispõe vão nortear o trabalho no âmbito do Desenvolvimento Regional. Em sendo a implantação de estratégias, nesta esfera, executadas por profissional da área competente, sua formação terá papel basilar no planejamento e execução de políticas de Desenvolvimento Regional.

2.3 Formação Profissionalizante e Tecnológica

As significações que um povo constrói a respeito de elementos de seus territórios e consequentemente de suas interações passam necessariamente pelo processo de educação. Este processo pode ocorrer de diversas formas, mas nas sociedades ocidentais foi delegada às escolas, por excelência, o processo de construção do conhecimento, ou como coloca Bock, Furtado e Teixeira (2002) uma intermediadora entre as pessoas e a sociedade.

Aqui nos interessa um ramo específico da educação, conhecida comumente como, formação profissionalizante ou técnica. Este tipo de educação tem a peculiaridade de existir para sanar deficiências referentes à mão de obra no mercado de trabalho.

Enquanto prática formal, no caso do Brasil, há registro deste tipo de ensino desde o Império. Para Carneiro e Santos (2016) a formação profissionalizante tem entre seus marcos históricos a oferta pelos Liceus, instituições não governamentais, e posteriormente, no Brasil República, a criação das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA).

Estas últimas foram criadas no Governo do Presidente da República, Nilo Peçanha em 1909 e representam um grande marco para educação profissionalizante, especialmente no âmbito da educação pública. A criação destas

escolas visava mais do que a formação profissional, serviriam como uma forma de combater as desigualdades sociais, conforme trecho a seguir:

Nos núcleos urbanos em desenvolvimento, a crescente presença de jovens inativos, membros das famílias mais pobres, preocupa ao governo, que viu na criação das Escolas de Aprendizes Artífices a possibilidade de dar condições mínimas para a inserção deste contingente no mercado de trabalho - não se buscava atender necessidades de formação de mão de obra qualificação, mas sim, um meio para diminuir as desigualdades sociais. (CAROLINO, 2010, p. 19)

A partir da criação da Escolas de Aprendizes Artífices que o Estado Brasileiro toma para si a responsabilidade de formação profissional, que com o passar da história foi se firmando como uma política de Estado, chegando, inclusive, a ser consagrada na Constituição Federal de 1937, conhecida como constituição polaca, como “primeiro dever do Estado” para com os menos favorecidos (BRASIL, 1937).

Nos anos seguintes, especificamente a partir da década de 40, impulsionado pela Constituição de 1937 e pelo Governo de Getúlio Vargas, surgiram serviços importantes na área de educação profissionalizante como o Sistema S.

Além da transformação das EAA em escolas industriais e técnicas, na década de 40, também se assiste à criação de um sistema paraestatal de educação profissional – o Sistema S, que se ocupa da qualificação de profissionais para a indústria e o comércio, por meio da oferta de cursos de aprendizagem com rápida formação. Tal Sistema inclui o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) – criado em 1942; o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); o Serviço Social do Comércio (SESC), e o Serviço Social da Indústria (SESI) – criados em 1946. Trata-se de um sistema organizado e gerenciado pelos órgãos sindicais de representação empresarial, que emerge para atender o processo de desenvolvimento do país na era Vargas. (MANFREDI, 2002). (AMORIM, 2013, p. 38/39)

No percurso histórico da educação profissionalizante formal do Brasil, registra-se ainda como fatos importantes como a transformação das Escolas Técnicas Industriais, oriundas das Escolas de Aprendizes Artífices, em Escolas Técnicas Federais como autarquias que passaram “a gozar de autonomia administrativa, didática e financeira”. (AMORIM, 2013, p. 40).

No que tange especificamente à oferta de cursos superiores de tecnologia, o grande salto ocorreu nos anos da Ditadura Militar, especificamente no

final dos anos 60. A emergência destes cursos ocorreu sobre muitas críticas que até hoje podem ser observadas na literatura correlata.

A implantação desses cursos se deu antes que a década de 1960 terminasse e, vale ressaltar, que a Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC) foi a primeira instituição a formar tecnólogos no Brasil. Dessa forma, entraram em cena os cursos superiores de curta duração, ministrados em estabelecimento especialmente criados para esse fim. (CAROLINO, 2010, p. 28)

Ainda de acordo com essa autora, a realização destes cursos só foi possível a partir da Reforma Universitária, constituída em seu marco, a Lei Federal nº 5.540, que “Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências” (BRASIL, 1968). Os dispositivos da referida Lei que tratam da formação de tecnólogos são os artigos 18 e 23, que mesmo com as alterações da Lei no passar dos anos, vigoram até os dias atuais.

Para Peterossi (1980) a realização destes cursos é fruto de notável mobilização por reformas na educação do país que parecia destoar da realidade do país. Para Amorim (2013, p. 42) “a educação brasileira é reorganizada de modo a atender às necessidades de qualificação de força de trabalho para o mercado” e esclarece ainda

[...] na década de 60, o governo adotou mecanismos para diferenciar a escola superior – além dos já existentes cursos de bacharelado para “formação de dirigentes” – o governo cria os cursos superiores técnicos ou “cursos de formação de tecnólogos”, destinados a preparar quadros técnicos para as tarefas mais práticas do processo produtivo. Alinhada com os propósitos da Reforma Universitária de 1968, a implantação desses cursos foi considerada uma prioridade do MEC nos anos 70. A referida autora questiona a razão do surgimento dos cursos superiores de formação de tecnólogos e explica que esses cursos que apresentam, entre outras características, curta duração, surgem “no contexto de reorganização da escola, enquanto instância da superestrutura, no sentido de reproduzir a nova ordem econômico-social e política que começa a se definir nos anos cinquenta e se consolida nos anos sessenta”. (DORE SOARES, 1983, p.4) [apud AMORIM, 2013]. Segundo a referida autora, a formação de técnicos de nível superior, então denominada “engenharia de operações”, tinha duração de três anos e permitia ingresso posterior em curso de engenharia plena. Implantados com o objetivo de “atender à crescente demanda por técnicos no processo de expansão industrial no Brasil”, os cursos de engenharia de operações, criados, inicialmente nos anos 60, registram uma expansão nos anos 70. A proliferação desses cursos gerou questionamento dos engenheiros que não aceitavam que fosse dado o título de engenheiro a esses novos profissionais. (AMORIM, 2013, p. 42)

Neste sentido, percebe-se que a formação de tecnólogos surge como sinal da transformação ocorridas no mundo todo, especialmente no mercado de trabalho. Além disto passam a responder as solicitações por ensino superior que passou à época ser mais demandado.

Os Cursos Sequenciais de Formação Específica, de certa forma, nos dão a ponte para percebermos como os Cursos Superiores de Tecnologia, mesmo sendo específicos da educação profissional, estão intimamente associados a uma política educacional mais ampla – iniciada no Brasil ainda nos anos de 1960 – de fragmentação e precarização (sob o manto da “flexibilidade”) da educação como um todo, e da educação superior em particular. Aqui, podemos destacar que talvez a estrutura dual de nosso sistema educacional não esteja mais se restringindo ao binômio “educação profissional” X “educação geral”. Ao se expandir o acesso das classes populares a níveis mais elevados da educação, oferece-se a estas classes um “tipo especial” de educação, “não tão longa, nem tão densa” quanto aquela, a graduação, a que almejavam – são os Cursos Superiores de Tecnologia ou os Cursos Sequenciais de Formação Específica. E assim, os defensores desta política, ao comemorarem e afirmarem a democratização da educação colocam, por um lado, que “Igualdade de oportunidades e maior democratização do ensino ... (se decidem) indo às escolas e contando quantos pobres havia antes e quantos há agora”; mas por outro lado, eles próprios reconhecem que “profissionalizar” não é o mesmo que “educar” ao falarem de um “[...]belo trabalho de profissionalizar alunos com base acadêmica fraca”. (BRANDÃO, 2006, p.13)

Carolino (2010) aponta o fato de que esses cursos outrora tinha um enfoque assistencialista e foram vítimas de preconceito social, herdado do ensino técnico que era marginalizado, considerado de segunda categoria ou mesmo o único destino para pessoas de origem humilde. Todavia a autora aponta que com o tempo, as mudanças nas diretrizes normativas e mesmo as mudanças sociais, buscaram superar este preconceito. Hoje os Cursos Superiores de Tecnologia, enquanto Cursos Sequenciais de Formação Específica não são mais assim percebidos, tendo um importante papel na sociedade.

Ainda situando o contexto da problemática, cabe ressaltar o tipo de inserção de nosso país nas relações internacionais capitalistas, inserção que leva o Brasil a continuar assumindo o papel muito mais de aplicador da ciência e tecnologia desenvolvidas nos chamados países centrais que de produtor de seu próprio caminho científico e tecnológico. (BRANDÃO, 2006, p. 13)

Essa ideia é reforçada por Amorim (2013) que procedeu minucioso estudo sobre a Educação Profissional Brasileira no contexto da criação e organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Para a autora a oferta dos cursos tecnológicos propiciou a democratização de uma modalidade de ensino

superior, apesar de reforçar de alguma forma a dicotomia entre educação geral e educação profissionalizante.

O que se constata, conforme Dore Soares, é que a criação de cursos pós secundários foi uma tendência em vários países do mundo, desde os anos 60. No Brasil ela também tem início nessa época e se encontra ancorada na experiência de outros países capitalistas. A oferta desses cursos, ao que se pode notar, vincula-se ao treinamento de “técnicos intermediários” para o desenvolvimento econômico, a “democratização” do acesso ao ensino superior e à busca de solução para problemas econômicos regionais e locais. Trata-se da “democratização” de uma modalidade de ensino superior – mais curta, porque a formação acadêmica não atenderia às exigências do mercado. Segundo a autora, as teorias no campo da economia e da educação embasam essa crítica à formação de caráter acadêmico. Isso porque as profissões de natureza notadamente acadêmica, por não atenderem às exigências do mercado, “criam desempregados diplomados e concorrem para agravar as tensões sociais” (AMORIM, 2013, p. 43/44)

Contudo o que se pode notar é que mesmo com todas as críticas e dificuldades para sua implantação, os cursos formadores de tecnólogos não só estão presentes desde a Reforma Universitária como tem sido ampliada sua oferta tanto no âmbito privado quanto no âmbito público.

Seja como for, nas décadas seguintes, um grupo cada vez maior de pessoas passou a procurar esses cursos, propiciando o aumento do número de instituições que os ofereciam. Segundo Schneider, “a expansão foi provocada pela desatualização dos currículos de bacharelado e, também, pela necessidade de formação mais rápida para um mercado dinâmico e em constante transformação”. (SCHNEIDER, 2005) [apud CAROLINO, 2010]. De fato, o avanço tecnológico - a exigir atualização contínua de seus profissionais, e não só deles, é a medida em que impõe novas formas de gestão e até de atitude frente ao mundo do trabalho - coloca desafios inesperados para mão de obra. É preciso aprender, e aprender rápido, pois as técnicas se aproximam a uma velocidade até então desconhecida pelo homem, velocidade esta incompatível, por exemplo, com os tradicionais currículos de bacharelado. (CAROLINO, 2010, p. 20)

Retomando o percurso histórico da formação profissionalizante, em seu aspecto geral, é importante notar que esta, em seu âmbito público, se transformou muito desde as Escolas de Aprendizizes e Artífices, inauguradas a partir de 1909, em detrimento das transformações sociais e das necessidades políticas dos diversos governos.

No final da década de 1970 algumas Escolas Técnicas Federais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, processo ampliado pela criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica pela Lei Federal nº

8.948 de 1994 (BRASIL, 1994) que amplia a chamada a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Esse processo de organização das instituições federais de educação profissional resultaria na transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, além de estabelecer a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Ambos os fatos ocorridos a partir da Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Depois de assumir a Presidência da República, no ano de 2003, o governo Lula da Silva imprime à Rede Federal um novo e importante impulso na direção da sua expansão. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, vinculada diretamente ao MEC, anuncia planos bastante ambiciosos: se durante quase um século (1909 a 2002) foram construídas 140 instituições de Educação Profissional e Tecnológica no país, de 2003 a 2010 o MEC se propõe a construir 214 novas unidades federais, o que significa uma ampliação de 150% num intervalo de oito anos (BRASIL/MEC, 2007). (TAVARES, 2012)

A partir desta Lei e durante o Governo Lula, esta Rede, a partir dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ganha impulso e entra em um período de grande expansão nunca antes registrada na história do país.

Em continuidade à expansão da rede federal iniciada na gestão de Lula, o governo Dilma anunciou a criação de quatro universidades federais e a implantação de 47 campi (sendo que 12 universidades federais, de 11 estados, ganharão 15 campi). Até o ano de 2012, estima-se que serão implantados 20 campi universitários em oito estados brasileiros. Também serão implantadas novas unidades dos Institutos Federais – o governo federal já assinou acordo com Prefeitos de 120 municípios brasileiros para a inauguração de 208 unidades dos Institutos Federais em municípios dos 26 estados e no Distrito Federal. 88 unidades desses institutos já estão em construção, com previsão de término para o final de 2012. Com o acréscimo de 120 novas unidades, prevê-se que, até o final de 2014, o Brasil terá um ganho de 208 unidades de educação profissional. (AMORIM, 2013, p.63)

Atualmente os Institutos Federais estão em todo país, formando profissionais em várias áreas do conhecimento, de diversos níveis e em diversas modalidades, desempenhando ainda importante papel na produção do conhecimento científico e tecnológico.

Os Institutos Federais oferecem educação integrada ao ensino médio, inclusive atendendo ao público de jovens e adultos, por meio do PROEJA. Na educação superior, possui cursos de tecnologia, bacharelado e licenciatura.

Na pós graduação cursos de mestrado profissional e especialização lato sensu, além dos cursos de extensão, de formação profissional de trabalhadores e da comunidade (Pronatec), de Formação Inicial e Continuada (FIC) e cursos de educação a distância. (ALVES e SILVA, 2015, p. 178)

Neste sentido, diante do postulado, se faz mister a colocação de Carvalho (2010), ao concluir estudo sobre esta temática.

Faz parte também do papel da educação tecnológica avaliar as consequências sociais das inovações. Vimos que o objetivo do desenvolvimento tecnológico tem sido muito mais de criar meios para reduzir a demanda por força de trabalho, favorecendo o capital do que aperfeiçoar e melhorar as condições de vida dos seres humanos. Uma verdadeira educação tecnológica passa necessariamente pela preocupação em formar inovadores que busquem na tecnologia meios de minimizar as injustiças sociais, e criar condições para a realização plena de todos os agentes sociais e o reconhecimento do outro como sujeito. (CARVALHO, 2010, p. 14)

Ora, se a educação, como dito, é um processo pelo qual perpassa a construção de significações e inter-relações sobre seus territórios ela deve ser o espaço de reflexões sobre os acontecimentos do mundo ao passo que também deve ser agente transformador do mundo.

Nesta perspectiva é importante conhecer o percurso histórico da educação profissionalizante no Brasil, pois ele sinaliza o quanto houveram mudanças no mundo. Assim, este ramo do ensino não só atendeu a demandas da sociedade e do mercado de trabalho, mas há de se considerar seu papel na transformação destes.

O mundo vem se transformando constantemente, isso se deve aos aspectos causados pelo processo de globalização. Essas mudanças ocorridas tanto no âmbito econômico como no cultural, fizeram com que o estilo de vida das pessoas se remodelasse ao redor do globo terrestre. Assim, com uma evolução cada vez maior da comunicação e da tecnologia, o homem é convidado a estar em constante busca por novos conhecimentos e novas tecnologias. (CAROLINO, 2010, p. 12)

Neste sentido, é importante reconhecer o papel da educação para o desenvolvimento de uma região. A educação tem o potencial tanto de reforçar paradigmas pré-estabelecidos como de repensá-los e provocar a mudança social. Um exemplo disto é como o acesso à educação pode diminuir a desigualdade social, conforme explanado adiante:

A valorização da educação, como estratégia para diminuir a desigualdade social no Brasil, também está presente no trabalho de Ferreira (2000) que, tendo como ponto de partida as diferentes correntes econômicas explicativas da elevada desigualdade brasileira, busca identificar a que melhor responde ao problema. Sem desconsiderar fatores como segmentação do mercado (setorial, regional e formal/informal) e discriminação (gênero e raça) – ambos influentes no processo de formação de renda do trabalho – o autor ressalta que o impacto da educação acumulada pelo trabalhador sobre a renda percebida é significativamente superior aos demais fatores. Sendo assim, os desníveis educacionais seriam os principais responsáveis pelos desníveis de renda e, conseqüentemente, pela desigualdade social, o que reforça a valorização de políticas que visam aumentar o nível educacional da população brasileira. (BALASSIANO, SEABRA e LEMOS, 2005, p. 32/33)

Como ramo da educação que muito tem crescido, a educação profissionalizante, tem tal potencial reforçado.

Neste sentido, a educação se torna uma aliada importante para alcançar os objetivos deste progresso. É possível perceber que com as novas tendências pedagógicas e tecnológicas de ensino, o segmento de ensino tecnológico está no seu auge. (CAROLINO, 2010, p. 12)

Seguindo nesta seara, a educação técnica e profissional ofertada pelo Estado tem um papel singular, pois vai além da formação, ela oportuniza as pessoas de baixa renda o acesso a este tipo de educação. O alcance da educação pública é um fator muitíssimo importante para a transformação econômica e social, devendo os seus cursos e futuros profissionais atuar para melhorar a realidade local, especialmente porque a oferta da educação técnica e profissionalizante ocorre em sintonia com as demandas do mercado.

As modalidades educacionais do Ensino Técnico vieram se desenvolvendo em sintonia com as necessidades impostas pelo capital em diferentes momentos históricos. O modo de produção capitalista teve, por muitas décadas, a sua força ideológica assegurada não somente pelo progresso da acumulação, mais também pela produção de um exército industrial de reserva inteiramente à disposição do capital. (BIAGINI, 2001 apud CAROLINO, 2010, p. 20)

No estado do Tocantins, o Instituto Federal do Tocantins (IFTO) é a principal instituição de formação profissionalizante com campi nas diversas regiões do Estado e com grande potencial para contribuição no Desenvolvimento Regional no estado.

O IFTO faz jus ao que há de melhor na história do ensino profissionalizante no Brasil, pois forma profissionais que atendem tanto às metas de

desenvolvimento do país quanto às demandas da sociedade. Por isso, a integração entre ensino, pesquisa e extensão voltados para os Arranjos Produtivos Locais ganha destaque nesta instituição, proporcionando desenvolvimento educacional, científico e tecnológico ao Estado. Com a oferta de cursos nos ensino médio e superior, além de pós-graduações lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, o IFTO atende todas as microrregiões do Tocantins. São mais de 60 cursos regulares ofertados, além dos cursos de qualificação profissional de curta duração ofertados por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e do Programa Mulheres Mil. (IFTO, 2016)

Entre estes vários cursos ofertados pelo IFTO, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, mostra-se apropriado para o estudo deste trabalho, à medida que seu objetivo é:

Formar profissionais capacitados a gerir organizações públicas de forma efetiva, levando em consideração as mudanças sociais e as concepções humanísticas, na busca do equilíbrio permanente entre o desenvolvimento econômico sustentável e a qualidade de vida. (IFTO, 2016b).

Percebe-se que Desenvolvimento, Educação Tecnológica e economias alternativas são temas que podem convergir para o desenvolvimento social e econômico de determinado território. Desta forma o presente estudo pode identificar se a formação deste profissional considera as economias alternativas como meios de promoção do desenvolvimento econômico e social de uma região.

2.4 O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFTO

O curso Superior de Tecnologia em Gestão pública é um dos cursos superiores em funcionamento regular ofertados pelo IFTO em Palmas, segundo informações constatadas no site do campus. É também um dos cursos superiores mais antigos ofertados pela instituição,

Em janeiro de 2005, iniciou a oferta de cursos de Ensino Profissional Integrado ao Ensino Médio, com quatro turmas de 40 acadêmicos cada, nos cursos de Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica e Informática. Em dezembro de 2005, a Instituição teve seus quatro primeiros Cursos Superiores de Tecnologia aprovados com conceito A pelo Ministério da Educação: CST em Construção de Edifícios, CST em Gestão Pública, CST em Sistemas Elétricos e CST em Sistemas para Internet. (IFTO, 2014, p. 6)

A portaria de reconhecimento, no entanto só foi expedida em março de 2009 pelo secretário da educação profissional e tecnológica do Ministério da Educação e Cultura, regularizando a oferta de oitenta vagas por ano no período noturno.

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, este tem por finalidade principal a

formação de profissionais aptos a atuar na área administrativa e controle financeiro, bem como no planejamento, orçamento e auditoria no setor público Municipal. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública fornecerá conhecimentos necessários ao bom desempenho de seus profissionais na gestão com foco áreas de Marketing, utilização de Sistemas de Informação, Desenvolvimento social e sustentável. Como extensão natural dessas atividades, o curso também irá preparar profissionais para atuação em Organizações da Sociedade Civil (Terceiro Setor), especialmente nas áreas de análise de projetos e captação de recursos. (IFTO, 2014, p. 15)

A oferta do curso foi considerada em razão de demandas relacionadas à Administração Pública no estado do Tocantins, nas três esferas de governo, e considerando a amplitude destas na cidade de Palmas, sede do Governo do Estado. Segundo o PPC os profissionais estarão formados para atuar neste âmbito, nos seguintes postos deste mercado de trabalho:

- Servidor público (carreira);
- Assistente Administrativo;
- Assistente legislativo;
- Assessor parlamentar;
- Gestor de finanças públicas;
- Assessor Financeiro;
- Auditor público;
- Assessor no setor público;
- Analista de Planejamento e Orçamento

O Projeto Pedagógico do Curso, de forma genérica, consiste em uma proposta curricular integrada de determinado curso superior, que contém a concepção do curso, especificando, justificativa, objetivo, estrutura, corpo docente entre outros. O PCC constitui o instrumento imprescindível para o direcionamento da

formação ofertada e para o processo avaliativo interno e externo do curso, inclusive para fins de reconhecimento junto ao MEC.

O PCC dos cursos superiores de tecnologia deve estar em acordo com as normas e legislações adiante colocadas:

[...] Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei no 9394/96, das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para os Cursos Superiores de Tecnologia - Resolução CNE/CP no 3/2002, o Parecer CNE/CES no 436/2001, o Parecer CNE/CES nº 277/2006 e o Catalogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia – Portaria no 12/2006. (UFPB, 2009, p. iii)

O PCC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFTO foi aprovado pela a Resolução nº 17/2006/CONSUP/IFTO, de 14 de março de 2006 e para se adequar as demandas internas e externas foi alterado pela Resolução nº 05/2014/CONSUP/IFTO, de 14 de março de 2014. O documento que além, do projeto pedagógico do curso, propriamente dito, traz outros itens importantes para a apresentação do curso, constitui-se em um instrumento adequado ao estudo deste trabalho em virtude de apresentar especialmente a integração da matriz curricular.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Caracterização do estudo

O estudo realizado foi de natureza qualitativa (SELLTIZ et al., 1967), e descritiva (GIL, 1999), uma vez que se propôs a identificar, no levantamento realizado, as interfaces dos instrumentos pedagógicos da formação do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública com a economia criativa.

Para tanto foram utilizadas as estratégias metodológicas de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. No entendimento de Marconi e Lakatos (2003) a busca documental é uma um tipo de investigação caracterizada pela limitação da busca de informações aos documentos. Já para Gil (1991) a pesquisa bibliográfica é uma estratégia que produz dados a partir de estudos já realizados sobre o tema, sendo suas fontes principais publicações acadêmicas como revistas periódicos, monografias, dissertações e teses.

A pesquisa bibliográfica resultou na explanação acima realizada e a busca documental, permitiu o levantamento do PPC como documento mais adequando para o objetivo deste trabalho, em razão de conter o acervo com a estrutura curricular do curso.

3.2 Procedimentos e Instrumentos Metodológicos

Este estudo foi procedido a partir da análise do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFTO , em virtude de ser uma proposta curricular integrada desta graduação, que contém a concepção do curso e detalham aspectos como sua justificativa, objetivo, estrutura, corpo docente entre outros.

Este é um documento importante à medida que traça a finalidade da formação de tecnólogos em Gestão Pública e no qual o curso se propõe a formar profissionais capacitados a atuar no Desenvolvimento social e sustentável e não apenas junto à Administração Pública, mas também na análise de projetos e captação de recursos para atuação no Terceiro Setor, atuações estas totalmente relacionadas às economias alternativas e o Desenvolvimento Regional.

Desta forma, tendo que as economias alternativas são uma área da economia que muito contribuem para o Desenvolvimento Regional e no campo do conhecimento econômico e diante da finalidade da formação do tecnólogo, surge como questão se o CST em Gestão Pública está abordando na formação de seus alunos o Desenvolvimento Regional a partir de economias alternativas.

Neste ínterim, o presente trabalho objetivou investigar se Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFTO dispõe de diretrizes que orientem os seus futuros profissionais para o trabalho que promova o desenvolvimento regional por meio de tais alternativas econômicas.

O PPC do CST em Gestão Pública do IFTO é um documento público, disponível no sitio do campus palmas do Instituto no endereço <<https://www.palmas.ifto.edu.br/index.php/component/phocadownload/category/1-edital?download=1277:ppc-cst-gestao-publica>>. A capa e o expediente do documento podem ser consultados no Anexo deste trabalho (ANEXO A).

Em linhas gerais o arquivo apresenta as diretrizes pedagógicas para o funcionamento e a organização do curso. O arquivo, conforme sua estrutura (ANEXO B), é composto de quatro partes, a saber, “1-Da Instituição de Ensino”, “2-Projeto Pedagógico do Curso”, 3-Corpo Docente e Técnico-Administrativo, e “4-Instalações- Físicas”, além das referências bibliográficas e do apêndice onde constam todas as descrições das unidades curriculares.

Os procedimentos adotados foram realizados da seguinte forma, primeiramente foi procedida pesquisa bibliográfica, fundamental para o embasamento da análise a ser realizada, posteriormente na análise documental buscou-se identificar quais partes do PPC aborda as temáticas do Desenvolvimento Regional e das economias alternativas a partir da leitura de todas as partes e por ultimo foi realizada, a partir da revisão bibliográfica produzida, a análise dos itens identificados como adequados.

O exame foi realizado considerando a abordagem dos assuntos direta ou indiretamente no documento e posterior análise dos itens com a importância donde foram abordagem e os desdobramentos para a formação dos futuros gestores públicos.

Os resultados são apresentados neste Trabalho monográfico de Conclusão de Curso e estão relatados no titulo 4. Uma cópia deste arquivo poderá ser entregue à Coordenação do Curso que poderá se apropriar deste estudo para

considerar melhorias na execução do Projeto, visando o cumprimento de sua finalidade e para que a atuação dos futuros profissionais tenha potencial para o trabalho com as economias alternativas e consequente contribuição para o Desenvolvimento Regional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao chegar na finalização da formação do Curso Superior de Tecnologia (CST) em Gestão Pública, percebeu-se as limitações dos modelos tanto gerencial quanto burocrático frente às normativas do setor para consecução de serviços públicos nas mais diversas áreas, o que implica também em dificuldades no Desenvolvimento Regional donde ataram os futuros gestores públicos.

Na atualidade o setor público se defronta com novos desafios e o paradigma gerencial contemporâneo exige novas formas de gestão, descentralização de funções, reestruturação e criatividade de seus recursos humanos. Consequentemente, a gestão pública em nível federal, estadual e municipal deve estar preparada para enfrentar tais mudanças, tendo em vista a maior qualidade e produtividade de suas ações, mediante a adoção de modelos gerenciais capazes de gerar resultados. (IFTO, 2014)

Apesar disto, no cenário tocantinense, percebe-se a predominância do modelo burocrático da administração pública nas três esferas de governo e neste contexto, na visão do autor do trabalho, os futuros gestores, diante da formação ofertada, poderão ter limitações de atuação à medida que a formação notadamente não os prepara suficientemente para a realização de um trabalho eficiente e eficaz junto à Administração Pública.

Nos últimos anos tem crescido a oferta de emprego público no estado no âmbito Federal, Estadual e Municipal. Sendo estas contratações no setor público com intuito de renovação e recompor os quadros dos seus órgãos e autarquias. Ainda assim, especialistas estimam que essas vagas serão suficientes somente para repor os servidores que deixaram o serviço público por aposentadoria ou transferiram-se para a iniciativa privada. Há que se considerar, ainda, o incremento na quantidade de serviços oferecidos pelo governo federal, estadual e municipal, além do crescimento da população, que demandam ainda mais pessoas a serem contratadas. Outro fator a ser acrescentado é o interesse dos servidores dos diversos níveis pela formação como resultado do incentivo à evolução na carreira pública. (IFTO, 2014, p. 14)

Destarte surge que outras atuações do futuro gestor público podem ser desenvolvidas, além das conhecidas atividades da administração pública direta e indireta e com grande potencial para contribuir no Desenvolvimento Regional, conforme descreve o próprio Projeto Pedagógico do Curso: “como extensão natural dessas atividades, o curso também irá preparar profissionais para atuação em

Organizações da Sociedade Civil (Terceiro Setor), especialmente nas áreas de análise de projetos e captação de recursos (IFTO, 2014, p. 15).

Uma dessas diferentes formas de atuação possível é o caso das economias alternativas que muito geralmente são implementadas via Terceiro Setor, dada sua novidade no âmbito econômico no Brasil. Destarte adiante será apresentadas algumas considerações da análise do PPC do CST em Gestão Pública em face deste cenário.

A partir da primeira análise, quando foi procedida a leitura de todo o documento por suas partes (ANEXO B), verificou-se que para este trabalho os itens que mais poderiam contribuir para identificar as diretrizes que orientem os seus futuros profissionais para o trabalho de forma a promover o Desenvolvimento Regional por meio de econômicas alternativas são os itens 1 e 2 (ANEXO C), além do apêndice, identificado como “Plano de Curso”.

As demais partes e seus desdobramentos não se mostraram relevantes pois não tratavam de forma direta ou indireta da Desenvolvimento Regional e das econômicas alternativas ou mesmo por que não são partes do documento que tratam de mais gerenciais e administrativas.

De início um ponto a se observar no arquivo é falta de um tópico com a apresentação do projeto pedagógico do curso, explicando sua finalidade e contextualizando no âmbito de sua produção. Isto por que o leitor que não tem familiaridade com este tipo de documento, terá que buscar sua finalidade para melhor entender e prosseguir com a leitura de suas partes.

Com a ausência da apresentação, o texto do documento inicia-se com uma tabela que faz a informação de dados básicos sobre os dirigentes e mantenedora do IFTO. Faz breve histórico da instituição, mas não faz menção ao marco inicial do curso de gestão pública ou mesmo dos atos que autorizaram seu funcionamento e reconhecimento.

Ainda nesta parte são apresentadas as atividades principais da Instituição de ensino, as áreas de atuação da mesma e os seus mecanismos de articulação com segmentos produtivos a que está vinculado o curso para definição da oferta de cursos e vagas. Aqui é feita uma descrição de dispositivos normativos, organizacionais e operacionais do IFTO, que, no entanto, não apontam como o CST em Gestão Pública se situa ante estes, mais ainda, sequer o curso é citado nos subtítulos em comento.

Como ponto positivo, pode ser apontado o fato de que, havendo a apresentação destes dispositivos, os dirigentes do curso poderão inserir as atividades do CST em Gestão Pública no que aborda tais dispositivos.

No que se refere à pesquisa, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Palmas propicia o fortalecimento do processo ensino e aprendizagem com a diversificação da pesquisa aplicada à produção de novos processos. Destaca-se, inclusive, o estabelecimento de parcerias com universidades, organismos públicos e privados para a produção de serviços, equipamentos e processos que venham a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Tocantins. Nesse sentido, a Instituição já vem desenvolvendo programas, projetos e atividades de pesquisa aplicada e acadêmica nas áreas de Construção Civil, Gestão, Indústria, Informática, Ensino, Geomática, Meio Ambiente e Turismo e Hospitalidade. (IFTO, 2014, p. 10)

Nesta seara aponta-se para uma das finalidades do IFTO dada por lei, a de

ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (BRASIL, 2008).

No trecho do arquivo em comento, os dispositivos aprestados mostram a consonância das ações e serviços ofertados pelo IFTO com a normativa em vigor e a Legislação correlata. São apresentadas as principais atividades do IFTO, as áreas de atuação do Instituto em seus vários níveis e nos âmbitos da pesquisa, ensino e extensão. Organizacionalmente é indicada a Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias (DIREC) e a Gerência Educacional de Relações Empresariais e Comunitárias como os dispositivos institucionais que desenvolvem de forma contínua programas e projetos que visam a integração do IFTO com a comunidade externa.

São descritas atividades desenvolvidas pelas seguintes instâncias: a Coordenação de Interação Serviço Empresa-Escola; a Coordenação de Cursos Comunitários; a Coordenação de Promoção Cultural e Eventos; a Coordenação de Extensão e Pesquisa Tecnológica e a Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica (REDENET).

Pelas informações prestadas, pode-se inferir que o Instituto apresenta características propícias para implementação de atividades que fomentem as

economias alternativas como meio de contribuição para o desenvolvimento social e econômico. No entanto, considera-se que, no título 1, não seja adequada a falta de nexos entre atividades ofertadas pelo IFTO com as atividades do curso, desta forma, no que tange especificamente ao CST em Gestão Pública o Projeto Pedagógico, poderia esclarecer como estaria participando destas áreas de atividades, para que então pudesse se inferir sobre uma possível interface com o tema das economias alternativas.

No item 2, as questões referentes ao curso já são mais detalhadas e podem ser agrupadas em dois conjuntos, um que trata de questões do âmbito mais gerenciais como dados gerais do curso, coordenadores do curso e da área profissional, regime de matrícula, total de vagas e carga horária; e outra que aborda as questões mais pedagógicas. Esta última interessa mais a este estudo.

Ao fazer a justificativa do curso, percebe-se de forma geral que esta é fundamentada na formação de profissionais para assumir postos de trabalho na Administração Pública Direta e Indireta nas esferas de governos e seus respectivos poderes.

Nos últimos anos tem crescido a oferta de emprego público no estado no âmbito Federal, Estadual e Municipal. Sendo estas contratações no setor público com intuito de renovação e recompor os quadros dos seus órgãos e autarquias. Ainda assim, especialistas estimam que essas vagas serão suficientes somente para repor os servidores que deixaram o serviço público por aposentadoria ou transferiram-se para a iniciativa privada. Há que se considerar, ainda, o incremento na quantidade de serviços oferecidos pelo governo federal, estadual e municipal, além do crescimento da população, que demandam ainda mais pessoas a serem contratadas. Outro fator a ser acrescentado é o interesse dos servidores dos diversos níveis pela formação como resultado do incentivo à evolução na carreira pública.

Dentre as carências nas áreas de Saúde, Educação Segurança Pública, Fiscalização e Arrecadação e Previdência a grande maioria dos órgãos contratantes possuem necessidades comuns dentre elas: A Gestão das Finanças, Administrador, Legislação Administrativa, Profissional em Ciências Sociais e Humanas, o que evidencia importância de profissionais com características na área pública. Além da carreira como servidor público, há uma outra demanda atendida pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a de assessor. Na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins e nas Câmaras Municipais de todas as cidades do Estado, por exemplo, os parlamentares precisam de assessoria direta ou indireta, gerenciando a vida pública e os projetos encampados pelos parlamentares. O que demanda assessores com curso superior e formação específica para trabalhar na área, ou seja, sua profissionalização. (IFTO, 2014, p. 13)

Neste ínterim, pode-se inferir uma interface com o campo das economias alternativas a medida que estas são um campo de atuação cada vez mais presentes no Setor Público

Entretanto, levando-se em consideração o lugar cada vez mais importante assumido pelo tema da economia solidária no interior de certas estruturas de governo que decidem pela formulação de políticas públicas para este setor, tende a se estabelecer uma relação de interdependência com os poderes públicos, em termos da instauração de novos espaços de intercâmbio e de troca de experiências. A recente criação da rede nacional de gestores de políticas públicas de economia solidária vem testemunhar a complexidade deste campo. (FRANÇA FILHO, 2007, p.169)

Além disto, o curso busca formar gestores com capacidade de reflexão, característica essencial ao profissional que trabalhará neste campo, pois como já dito ele exige uma revisão dos paradigmas, pretensiosamente hegemônicos e atualmente ainda vigente, de desenvolvimento.

No subtítulo “objetivos dos cursos”, a capacidade de reflexão é um tema que novamente é abordado no objetivo específico “motivar no aluno a reflexão e atuação crítica”. Junto a este, chama a atenção os objetivos “conhecer as políticas públicas e sociais em diversas áreas economia, cidadania, comunicação, etc” e “integrar o processo de gestão pública no desenvolvimento regional e nacional”.

Esses objetivos, apesar de não abordar diretamente o tema economias alternativas - não que o devesse fazer - estão almejando na oferta de formação aspectos que visem um profissional apto a contribuir de forma crítica no desenvolvimento de dado território, o que pode abranger diretamente outras formas de economia.

Pode ser percebida que o curso deve oferecer uma percepção mais ampla do papel do Tecnólogo em Gestão Pública. Isto é identificado no subtítulo “Perfil profissional do egresso” que apresenta a descrição do perfil deste profissional segundo o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia:

o tecnólogo em Gestão Pública atua em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal. Suas atividades centram-se no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas. com sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, este profissional busca a otimização da capacidade de governo. o trato com pessoas, a visão ampla e sistêmica da gestão pública, a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança são características indispensáveis a este tecnólogo (BRASIL, 2010, p. 37).

Esta descrição mostra uma atuação profissional um tanto engessada para o tecnólogo em Gestão Pública, ou seja, um trabalho muito limitado a questões da Administração Pública, propriamente dita. O PPC vai além e arrola uma série de características que soma à atuação colocada pelo Catálogo, mostrando uma visão ampliada do profissional que desejam formar. Dentre elas, no que se refere a contribuição ao Desenvolvimento Regional e economias alternativas, destacam-se:

- senso crítico-analítico, capacidade de planejar, alta motivação para implementação das ações e criatividade adaptativa;
- visão multidisciplinar;
- visão humanística, de forma a propiciar o empreendimento e o desenvolvimento de tecnologias sem perda dos valores humanos e sociais;
- desenvolver e implementar projetos de interesse social no setor público;
- propor ações inovadoras e empreender no setor público;

Este, pelos motivos já elencados se mostram importantes para interface entre economias alternativas e Desenvolvimento Regional na atuação do gestor público. Na parte 2 do PCC não foi identificado outro aspecto que tenha sido considerado relevante para abordar aqui.

Por fim buscou-se nas fichas com descrição das unidades curriculares no Apêndice do PPC, a partir da análise de itens como ementas, competências, habilidades e bases tecnológicas, elementos que tratem de Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Regional e de economias alternativas.

Na busca foram identificadas seis unidades curriculares adequadas à esta pesquisa (ANEXO D), são elas Sociologia Política, Empreendedorismo, Políticas Públicas, Projetos Sociais, Economia Solidária e Tópicos Especiais em Desenvolvimento Regional.

Para análise, estas unidades foram agrupadas em dois conjuntos, classificando-as num primeiro grupo como as que trata de forma menos direta das economias alternativas, mas tratam de forma relevante de Desenvolvimento Regional e outros conceitos caros à perspectiva crítica ao desenvolvimento econômico, conforme apresentadas adiante com cada um dos motivos:

- Sociologia Política que na sua ementa trata sobre o Estado e desenvolvimento econômico no Brasil e a crise do Estado desenvolvimentista;
- Empreendedorismo Aplicado ao Setor Público que busca desenvolver habilidade de buscar parcerias que agreguem valor ao desenvolvimento regional;
- Políticas Públicas que busca desenvolver a competência de Conhecer a importância da política pública no desenvolvimento socioeconômico;
- Projetos Sociais que busca desenvolver a competência de conhecer os formatos organizacionais para o desenvolvimento de projetos sociais;

Todas estas disciplinas tratam em alguma de suas características de assuntos como desenvolvimento socioeconômico, projetos sociais e desenvolvimento regional, temas que como já explanados no referencial teórico são preciosos às economias alternativas, tanto no âmbito de atuação como no ramo de estudo.

Num segundo grupo, percebe-se que outras duas, mostram-se unidades curriculares de destaque na formação da interface entre Desenvolvimento Regional e economias alternativas, são elas:

- Economia Solidária que visa desenvolver competências de Compreender as razões da emergência da economia solidária nos últimos anos, suas lógicas de desenvolvimento e as possibilidades para que essas múltiplas experiências se consolidem e ganhem um sentido decisivo para as lutas de emancipação dos trabalhadores. Além disto visa o incremento de habilidades como propor alternativas a projetos gestacionais e aborda nas bases tecnológicas alternativas de emprego, complementos a renda, ganhos em atividades associativas, acesso a financiamento, realização de atividades de autogestão.
- Tópicos Especiais em Desenvolvimento Regional que na sua ementa aborda a Evolução da Teoria do desenvolvimento e dos conceitos de Território e Região; de Território: territorialização, desterritorialização, re-territorialização e Região; Regionalização, Desequilíbrio Regional;

perspectivas das Políticas Públicas Regionais e do Associativismo; modelos analíticos dos problemas provocados pelo Desenvolvimento; e perspectivas do processo de Desenvolvimento. Pluralidade cultural. Além disto busca o incremento das competências de conhecer a evolução da Teoria do desenvolvimento e dos conceitos de Território e Região; compreender os conceitos de Território: territorialização, desterritorialização, re-territorialização e Região: Regionalização, Desequilíbrio Regional; compreender as dimensões e perspectivas das Políticas Públicas Regionais e do Associativismo Globalização e desenvolvimento Regional.

O destaque para essas duas unidades são em função de que elas reforçam uma ideia recorrente neste trabalho, a de que o Desenvolvimento Regional, deve ser flexível em relação aos paradigmas econômicos, considerando as demandas da sociedade donde este está em processo. Reconsiderar esses paradigmas é um pressuposto das economias alternativas que aliás é trabalhada de forma direta por meio da unidade curricular de Economia Solidária.

De forma geral percebe-se, pela análise do PPC do curso, que há neste, tanto diretrizes quanto conteúdos que tratam direta ou indiretamente de economias alternativas, permitindo ao curso a implementação de ações e serviços em pesquisa, ensino e extensão que agreguem a formação nesta área, contribuindo na formação do futuro gestor público, ampliando sua atuação e contribuindo de forma qualitativa no Desenvolvimento Regional por meio de estratégias econômicas alternativas para o desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da análise procedida, pôde-se explicar bem os assuntos correlatos à área pesquisada, apresentando-os e correspondendo-os posteriormente com elementos identificados na análise documental do PPC do CST em Gestão Pública do IFTO, que mostram interface com os assuntos abordados.

A partir da pesquisa bibliográfica, pôde-se abordar temas como as Economias Alternativas, Teorias do Desenvolvimento, Desenvolvimento Regional, Formação Profissionalizante e Tecnológica e especificamente o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFTO. A luz da literatura levantada, pôde-se proceder à análise documental no arquivo do PPC buscando suas interfaces com as economias alternativas e o Desenvolvimento Regional.

As economias alternativas podem ser concebidas como um movimento que refuta o conceito hegemônico de desenvolvimento tecido pela Teoria do Desenvolvimento e propicia a implementação práticas alternativas para os desenvolvimentos econômico e social locais. Este movimento passa necessariamente por uma releitura do conceito de desenvolvimento e da abordagem do desenvolvimento regional para o tema e é elemento indispensável à qualidade do planejamento e execução de políticas públicas.

Neste sentido a educação enquanto processo pelo qual perpassa a construção de significações e inter-relações sobre seus territórios, é um espaço de potencial para as reflexões sobre os acontecimentos do ambiente em que acontece, ao passo que também é importante agente transformador do mundo.

Em sendo o tecnólogo em Gestão Pública um profissional formado a partir do processo educacional, sua formação terá direta relação com o papel que virá a desempenhar no planejamento e execução de políticas de Desenvolvimento Regional. Este processo formativo tem suas diretrizes pedagógicas elencadas no PPC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública que foi alvo da análise deste trabalho.

No que tange à estruturação do PPC percebe-se que a falta de algumas informações pode dificultar a contextualização das informações prestadas.

Quando se reporta ao conteúdo do documento, especialmente na parte do projeto pedagógico, propriamente dita, percebe-se que as diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia orientam uma formação um tanto

engessada para o tecnólogo em Gestão Pública, visando estritamente a atuação em instituições públicas federais, estaduais ou municipais, otimizando a capacidade de governos, atendendo as regulamentações legais específicas do Setor Público. No entanto o PPC amplia esta perspectiva de formação e atuação deste profissional, prezando pelo seu senso crítico, sua capacidade reflexiva, pela criatividade, por sua visão multidisciplinar e a pela capacidade de implementar projetos de interesse social não apenas no Setor Público, mas também para a atuação em Organizações da Sociedade Civil (Terceiro Setor).

Outra percepção importante deste trabalho, a partir da análise procedida, diz respeito a estrutura curricular do CST em Gestão Pública que apresenta em pelo menos seis de suas unidades curriculares, através de suas ementas, competências, habilidades e bases tecnológicas, aspectos relevantes para uma formação que possibilite a atuação no âmbito das economias alternativas e consequentemente em processo de Desenvolvimento Regional.

Do ponto de vista do objetivo do Curso, percebe-se que o ‘plano de curso’ apresentado no arquivo oferta suficientes direcionamentos com vistas formar tecnólogos em gestão pública “capacitados a gerir organizações públicas de forma efetiva, levando em consideração as mudanças sociais e as concepções humanísticas, na busca do equilíbrio permanente entre o desenvolvimento econômico sustentável e a qualidade de vida” (IFTO, 2016, online).

O tema abordado neste trabalho pode ser explorado de forma mais ampla buscando, por exemplo, na perspectiva das economias alternativas frente ao desenvolvimento regional como os dispositivos normativos, organizacionais e operacionais do IFTO descritos no PCC se relacionam com as atividades do CST em Gestão Pública, pode ainda buscar projetos de pesquisa e extensão que se relacionem com a interface ora esplanada ou mesmo investigar se há efetivação das diretrizes pedagógicas da execução do percurso formativo.

Finalizando a análise do PPC do curso pode-se constatar que sua orientação pedagógica trata tanto direta quanto indiretamente do tema das economias alternativas e do Desenvolvimento Regional. Acredita-se que esta interface possibilita tanto ao curso quanto ao futuro gestor o desempenho de ações e serviços neste campo, agregando nas ações de pesquisa, ensino e extensão e permitindo ao futuro gestor público uma atuação ampliada, contribuindo para o

desenvolvimento donde venha a atuar, por meio de estratégias econômicas alternativas para tal.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cláudia Beatriz Carrião e SILVA Margot Riemann Costa. Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável: O programa Mulheres Mil no enfrentamento à feminização da pobreza. **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 28, n. 1 – Jan./Jun. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/28379/17230> Acesso em 15 fev 2016.

AMORIM, Mônica Maria Texeira. **A Organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no conjunto da Educação Profissional Brasileira**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2013. 247 f. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9AZGC8/tese_monica_maria_teixeira_amorim.final.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 fev. 2016

BALASSIANO, Moisés; SEABRA, Alexandre Alves de e LEMOS, Ana Heloisa. **Escolaridade, Salários e Empregabilidade: Tem Razão a Teoria do Capital Humano?** RAC, v. 9, n. 4, Out./Dez. 2005: 31-52. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v9n4/v9n4a03.pdf>>. Acesso: em 10 fev. 2016.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair e TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. vol. 13. Saraiva, 2002.

BRANDÃO, Marisa. CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR?; 29 reunião anula da Anped. 2006. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT09-2018--Int.pdf> >. Acesso em: 13 fev 2016.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 1937. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm> Acesso em: 12 fev. 2016.

BRASIL. **Lei Federal nº 5540, de 28 de novembro 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Edição de 23/11/1968. Brasília, 1968.

BRASIL, **Lei Federal nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm>. Acesso em: 12 fev 2016.

BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, outubro de 2010. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=31-cat-cur-sup-05-11-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 fev 2016.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Edição de 30/12/2008. Brasília, 2008.

CARNEIRO, Celso Dal Ré; SANTOS, Gleise Regina Bertolazi dos. Geosciences teaching for environment technicians in Sao Paulo State. **Rev. Bras. Geociênc.**, São Paulo, 2012. Disponível em <http://papegeo.igc.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0375-75362012000500008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 fev. 2016.

CAROLINO, Rita de Cássia. **Ensino Técnico e Ensino Tecnológico: a aderência ao Mercado de Trabalho das matrizes curriculares, na percepção dos docentes**. Centro de Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, 2010, 163 f.

CARVALHO, Marília Gomes de. **Tecnologia, Desenvolvimento Social e Educação Tecnológica**. Portal Dia-a-dia da Educação. Semana Pedagógica da Secretaria de Educação do Paraná. Fevereiro de 2010. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2010/marialia_gomes_carvalho.pdf Acesso em 13 fev 2016.

CONTERATO, Marcelo Antônio e FILLIPI, Eduardo Ernesto. **Teorias do Desenvolvimento**. Universidade Aberta do Brasil. Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Rural. SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

COSTA, Achyles Barcelos da. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Instituto Humanitas Unisinos. **Cadernos IHU Idéias**. Ano 4, nº 47, São Leopoldo: 2006.

ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: Daniel Mato (coord.), **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 17-31, 2005.

FANTASIA, Ana e LEITE, Pedro Pereira. Estudos sobre o Desenvolvimento. **Informal Museology Studies**, 8, winter 2015. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_Estudos%20sobre%20o%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 10 fev 2016.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**. Porto Alegre, v. 7, n. 1, jan-jun 2007 p. 155-174. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/2041/6910>>. Acesso em 23 fev 2016.

FURTADO, Celso. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**. Dezembro, 1951. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109010910270.MD1_0_195.pdf>. Acesso em 23 fev 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas 1991.

IFTO, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública Área de Gestão e Negócios**. Palmas: 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/CRP09/Downloads/PPC%20CST%20%20Gestao%20Publica%20Campus%20Palmas_alterado%20com%20ementas.pdf> Acesso em: 20 jan. 2016

IFTO, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Apresentação**. 2016, *online*. Disponível em: <<http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=page/apresentacao.php>> Acesso em: 13 fev. 2016.

IFTO, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**. 2016b, *online*. Disponível em: <<http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=page/apresentacao.php>> Acesso em: 13 fev. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NESKE, Márcio Zamboni. **Colonialidade e Desenvolvimento: a ressignificação do lugar em “zonas marginalizadas” no Sul do Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre: 2014. 160 f. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/109252/000939716.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 5 fev. 2016

PAIVA, Cláudio Cardoso de. O campo híbrido da Informação e da Comunicação. **Revista de Recensões de Comunicação e Cultura**, 2002. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/paiva-claudio-campo-hibrido-informacao-comunicacao.html>>. Acesso em: 5 fev. 2016

PETEROSSI, Helena Gemignani. **Educação e mercado de trabalho: análise crítica dos cursos de tecnologia**. SP, Edições Loyola, 1980.

SANTOS, Thiago de Sousa, SOUZA, Paulo Augusto Ramalho de e PEREIRA, Raquel da Silva. Pesquisa em turismo e desenvolvimento regional: análise dos estudos realizadas no Brasil entre os anos de 1997 e 2013. **XVII SEMEAD Seminários em Administração**. Outubro de 2014. ISSN 2177-3866. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/17semead/resultado/trabalhosPDF/1294.pdf>>. Acesso em: 13 fev 2016.

SCHUMPETER, Joseph A. (1911). **A Teoria do Desenvolvimento Econômi**
Paulo: Abril Cultural, 1982.

SELLTIZ, Claire, JAHODA, Marie, DEUTSCH, Morton e COOK, Stuart (1967).
Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: Herder, 1967.

SENHORAS, Elói Martins. A economia social em perspectiva transversal no Brasil e no Canadá. **Interfaces Brasil/Canadá**. V. 5, N. 1 E 2 (2005). Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/6507/4589>> Acesso em 15 fev 2016.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estud. av.**, São Paulo , v. 18, n. 51, p. 7-22, ago 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 fev 2016

TAVARES, Moacir Gubert. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. **IX ANPED SUL**. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>>. Acesso em 14 fev. 2016

UFPB, **Universidade Federal da Paraíba. Projeto Pedagógico de Curso Superior de Tecnologia em Gestão pública**. Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional – CTDR. João Pessoa; 2009.

UNCTD United Nations Conference on Trade and Development. “**CreativeEconomy Report2010**”.Genebra, Suíça, 2010.

ZANCHET, Neuri Antonio e SIEDENBERG, Dieter. A Indústria Petroquímica no Rio Grande do Sul: Trajetória e Contribuições para o Desenvolvimento Regional. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, ano 10, n. 20, maio/ago. 2012, p. 108-139. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75223635006>> Acesso em 15 fev 2016.



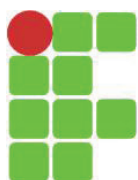
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA
EM GESTÃO PÚBLICA
ÁREA DE GESTÃO E NEGÓCIOS**

Aprovado pela Resolução nº 17/2006/CONSUP/IFTO, de 14 de março de 2006 e alterado pela Resolução nº 05/2014/CONSUP/IFTO, de 14 de março de 2014.

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, ofertado pelo *Campus* Palmas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO.

PALMAS - TO
MARÇO 2014



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Francisco Nairton do Nascimento

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Ovídio Ricardo Dantas Júnior

Pró-reitor de Ensino

Jorge Luiz Passos Abduch Dias

Diretor de Ensino Superior

Octaviano Sidnei Furtado

Diretor-geral do *Campus* Palmas

Liliane Flávia Guimarães da Silva

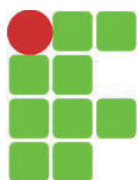
Diretora de Ensino do *Campus* Palmas

Sylmara Barreira

Gerente Educacional das Áreas Tecnológicas II do *Campus* Palmas

Paula Karini Dias Ferreira Amorim

Coordenadora do Curso de Gestão Pública



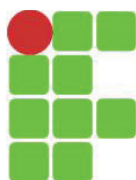
Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

SUMÁRIO

1. DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	4
1.1 Mantenedora	4
1.2 Identificação da Instituição de Ensino	4
1.3 Corpo Dirigente da Instituição de Ensino	4
1.4 Histórico da Instituição de Ensino.....	5
1.5 Atividades Principais da Instituição de Ensino.....	7
1.6 Áreas de Atuação da Instituição de Ensino.....	9
Nível.....	9
Área.....	9
1.7 Mecanismo de articulação com segmentos produtivos a que está vinculado o curso para definição da oferta de cursos e vagas	10
2 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	12
2.1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	12
2.2 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR	13
Nome	23
Titulação/Regime Trabalho	23
3 CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	35
3.1 Plano de Carreira Docente.....	35
3.2 Perfil do Corpo Docente.....	37
Luiz Antônio Lopes Toledo	38
3.3 Corpo Docente por disciplina	38
Luiz Antônio Lopes Toledo	39
Gerson Pesente Folking	40
Vanessa David Domingos	40
3.4 Perfil do Corpo Técnico-Administrativo.....	40
3.5 Política de Capacitação dos Corpo Técnico-Administrativo.....	40
3.6 Corpo Discente	41
4. INSTALAÇÕES FÍSICAS.....	42
4.1 Instalações físicas e recursos materiais da instituição de ensino.....	42
Dependências	42
Quantidade	42
Área (m ²)	42
Recurso	44
Quantidade	44
Nome	47
Cargo	47
Horário de trabalho	47
4.2 Instalações especiais e laboratórios específicos	48
4.3 Certificados e diplomas	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

1. DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

1.1 Mantenedora

Nome:	União
-------	-------

1.2 Identificação da Instituição de Ensino

Nome:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Palmas						
CNPJ:	10.742.006/0003-50						
End.:	AE 310 Sul (AESE 34), Av. LO 5, s/n - Centro						
Cidade:	Palmas			UF:	TO	CEP:	77.021-090
Fone:	63.3236-4000		Fax:	63.3236-4009			
E-mail:	palmas@ifto.edu.br						

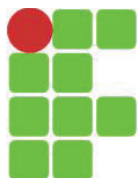
1.3 Corpo Dirigente da Instituição de Ensino

Dirigente Principal						
Cargo:	Diretor-Geral					
Nome:	Octaviano Furtado					
End.:	310 Sul (AESE 34), Av. LO 5, s/n - Centro					
Cidade:	Palmas	UF:	TO	CEP:	77.021-090	
Fone:	63.3236-4005	Fax:	-----			

e-Mail:	palmas@ifto.edu.br					

Diretoria de Ensino						
Cargo:	Diretora de Ensino					
Nome:	Liliane Guimarães					
End.:	AE 310 Sul (AESE 34), Av. LO 5, s/n - Centro					
Cidade:	Palmas	UF:	TO	CEP:	77.021.0	90
Fone:	63.3236-4003	Fax:	----- -----			
e-Mail:	direcaoensino@ifto.edu.br					

Dirigente ao qual está subordinado o Coordenador do Curso	
Cargo:	Gerente Educacional de Ensino Superior
Nome:	Sylmara Barreira



Av. Joaquim Teotônio Segurado
 Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
 77.020-450 Palmas - TO
 (63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

End.:	AE 310 Sul (AESE 34), Av. LO 5, s/n - Centro							
Cidade:	Palmas				UF:	TO	CEP:	77.021-090
Fone:	63.3236-4035			Fax:	----- -----			
e-mail:	Geat2@ifto.edu.br							

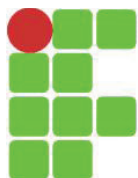
1.4 Histórico da Instituição de Ensino

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) foi criado em 2008 pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 conceituando-se como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Até então, o estado do Tocantins dispunha de três unidades da Rede Federal de Educação Profissional: a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA); a Escola Técnica Federal de Palmas (ETF-Palmas); e a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Paraíso do Tocantins. O IFTO conta agora com seis campi: Campus Araguaína; Campus Araguatins, onde estava sediada a EAFA; Campus Gurupi; Campus Palmas, onde estava sediada a ETF- Palmas; Campus Paraíso do Tocantins, onde estava sediada a UNED de Paraíso; e Campus Porto Nacional. Foi criada a Reitoria do IFTO, com a missão de administrar, supervisionar, representar e defender os interesses do IFTO.

O Campus Araguaína foi implantado em edifício construído com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), numa área total do terreno de 9.000,00m², a partir da doação do Governo do Estado do Tocantins, pela Lei nº 2.042 de 18/5/2009 e Decreto Regulamentador de Doação nº 3.696 de 21/5/2009. Atualmente, oferece três Cursos Técnicos Subsequentes: Informática para Internet, Enfermagem e Gerência em Saúde; e o Curso de Pós- graduação lato sensu no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. A partir do segundo semestre de 2010, foi implantado também o Curso Técnico Subsequente em Análises Clínicas e o Curso Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos em Cuidador de Idosos.

A antiga EAFA foi criada pelo Decreto nº 91.673 de 20 de setembro de 1985, sendo designada a funcionar com os cursos de 1º e 2º graus profissionalizantes com habilitação em Agropecuária, Agricultura e Economia Doméstica, tendo sido inaugurada em 23 de março de 1988. A instalação da EAFA foi feita em cooperação com o Ministério de Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), por intermédio do Grupo Executivo das Terras de Araguaia/TO - GETAT. O grupo foi autorizado a adotar providências necessárias junto ao Ministério da Fazenda para aceitação, pela doação de uma área de 561,84 hectares de terras férteis, banhada pelo rio Taquari em 8



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



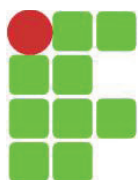
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

km de extensão, no município de Araguaína, de que trata a Lei Municipal nº 321, de 8 de outubro de 1984, para instalação da Escola Agrotécnica Federal. Em 16 de novembro de 1993 (Lei nº 8.731) a Escola tornou-se uma Autarquia Federal. O Campus Araguaína oferece atualmente os Cursos Médios Integrados ao Técnico em Informática e em Agropecuária; o Curso Técnico Subsequente em Agropecuária; os Cursos Médios na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos em Informática e em Agropecuária e três Cursos Superiores: Bacharelado em Agronomia, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Computação.

O Campus Gurupi é fruto da doação do edifício da antiga unidade do Centro Universitário UNIRG, além da doação de área anexa, totalizando um terreno de 20.000 m². A área foi doada pela Prefeitura Municipal de Gurupi, autorizada pela Lei Municipal nº 1.757/2008. A partir do segundo semestre de 2010, passou a oferecer os Cursos Técnicos subsequentes em Arte Dramática, Edificações e Agronegócio e o Curso Superior de Licenciatura em Artes Cênicas.

A antiga ETF-Palmas foi criada em 30 de junho de 1993, por meio da Lei nº 867/93, e, em 21 de dezembro de 1998, tornou-se Autarquia Federal pelo Decreto nº 2.980/MEC. Inaugurada em 2003, teve seu primeiro processo seletivo para os Cursos Técnicos em Edificações, Eletrotécnica e Informática. Ainda no mesmo ano, o Governo do Estado do Tocantins, pela Lei nº 1.405, de 22/10/2003, doou uma área de 44.914,093 m², situada em frente à área da Escola, o que elevou para 128.508,38 m² a área total da ETF-Palmas. No ano de 2004, a ETF-Palmas realizou mais um Processo Seletivo, desta vez oferecendo, além dos três cursos já existentes, seis novos Cursos Técnicos: Eletrônica, Agrimensura, Gestão em Agronegócio, Turismo e Hospitalidade, Secretariado e Saneamento Ambiental. Em janeiro de 2005, iniciou a oferta de cursos de Ensino Profissional Integrado ao Ensino Médio, com quatro turmas de 40 acadêmicos cada, nos cursos de Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica e Informática. Em dezembro de 2005, a Instituição teve seus quatro primeiros Cursos Superiores de Tecnologia aprovados com conceito A pelo Ministério da Educação: CST em Construção de Edifícios, CST em Gestão Pública, CST em Sistemas Elétricos e CST em Sistemas para Internet. Implementou, também neste semestre, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Atualmente o Campus Palmas oferece os Cursos Técnicos Subsequentes em Agrimensura, Edificações, Eletrotécnica, Eletrônica, Mecatrônica, Controle Ambiental, Informática, Segurança do Trabalho, Secretariado e Hospedagem; os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Agrimensura, Agronegócio, Edificações, Eletrotécnica, Eletrônica, Mecatrônica, Informática, Administração e Eventos; os Cursos Superiores de Tecnologia em Agronegócio, Construção de Edifícios, Sistemas Elétricos, Sistemas para Internet e Gestão Pública; os Cursos Superiores de Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática; os Cursos Médios na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos em Leitura de Projetos de Construção Civil, Atendimento e Manutenção e Operação de Microcomputadores; e o Curso de Pós-graduação lato sensu em Proeja.

O Campus Paraíso do Tocantins recebeu doação de edificação já concluída, também do PROEP. Está implantado e em funcionamento desde 2007. Atualmente, o



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Campus Paraíso do Tocantins possui área total de 19,73 ha. Oferece os Cursos Subsequentes em Meio Ambiente, Administração, Informática e Agroindústria; os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Informática, Meio Ambiente e Agroindústria; o Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação; o Curso Superior de Licenciatura em Matemática; os Cursos Médios na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos em Operação de Computadores e Agricultura Familiar; e o Curso de Pós-graduação lato sensu em Proeja.

O Campus Porto Nacional, inaugurado em 1º de fevereiro de 2010, conta com uma área de 88.070 m² localizada em área urbana do município de Porto Nacional, onde conta atualmente com quatro blocos, com ambientes administrativos, salas de aula, laboratórios e biblioteca.

Inicialmente, os Cursos Técnicos ofertados pelo referido Campus são Informática e Logística na modalidade Técnico Subsequente. Os Cursos ofertados de nível Superior são: Licenciatura em Computação e Tecnólogo em Logística, que tiveram início em agosto de 2010, para atender às demandas crescentes por formação profissional, suporte aos arranjos produtivos locais, bem como a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, através do ensino gratuito e de qualidade.

O IFTO oferece ainda Cursos Técnicos Subsequentes na modalidade de ensino a distância, em seis cidades do estado do Tocantins. No polo de Araguacema, são oferecidos Cursos de Agroecologia e Secretariado; nos polos de Araguatins, Palmas e Tocantinópolis, são ofertados os Cursos de Agroecologia, Informática, Marketing e Secretariado; e nos polos de Cristalândia e Guaraí, são oferecidos Agroecologia e Informática.

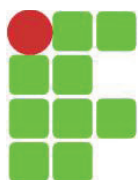
O IFTO foi concebido para atuar em todo o Estado, oferecendo educação pública de qualidade do ensino básico ao superior. Segundo a lei que o criou, o IFTO oferecerá metade das suas vagas para o ensino médio integrado ao profissional e para o público da educação de jovens e adultos, a fim de oferecer ao cidadão uma possibilidade de formação nessa etapa de ensino. Ainda serão incentivados os cursos superiores de tecnologia, as licenciaturas, os programas especiais de formação pedagógica para professores, os bacharelados, as engenharias e os cursos de pós-graduação lato sensu e strito sensu. Entre os desafios do IFTO estão também o fortalecimento do ensino a distância, dos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, o desenvolvimento de atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e a pesquisa aplicada, que estimulam o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas.

1.5 Atividades Principais da Instituição de Ensino

É justamente nos setores de indústria e serviços que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Palmas melhor contribui, em especial nas seguintes áreas:

- ☐ formação de profissionais;

Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

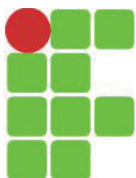
- ☐ expansão e consolidação da pesquisa aplicada à produção de novos processos, serviços e equipamentos;
- ☐ diversificação dos programas de extensão que agreguem conhecimento e possibilitem o avanço socioeconômico da comunidade;
- ☐ parcerias com iniciativas públicas e privadas para o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem.

Com base no art. 3º da Lei nº 9.394, de 20.12.96, tem-se os seguintes princípios almejados pela instituição de ensino:

- ☐ igualdade de condições para o acesso e permanência na Instituição;
- ☐ respeito ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- ☐ gestão democrática, compartilhada, transparente e comprometida com as necessidades e aspirações da comunidade;
- ☐ oferta do ensino de qualidade e gratuito;
- ☐ vinculação entre o ensino, a pesquisa e a extensão como fundamentos para o desenvolvimento socioeconômico;
- ☐ valorização do profissional da educação;
- ☐ preservação do meio ambiente e do patrimônio artístico, cultural e histórico;
- ☐ exercício da ética e da cidadania;
- ☐ articulação entre a educação e processos produtivos;
- ☐ valorização da experiência extracurricular;
- ☐ igualdade e oportunidade.

Orientando-se pelo Decreto nº 2.406 de 27.11.97, que regulamenta a Lei nº 8.948 de 8.12.94, o IFTO-Palmas tem como principais atividades:

- ☐ ofertar a educação profissional, levando em conta o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços;
- ☐ atuar nas áreas técnicas e tecnológicas, nos diversos setores da economia;
- ☐ conjugar, no ensino, a teoria com a prática;
- ☐ integrar a educação profissional aos diferentes níveis e modalidades de ensino, ao trabalho, à ciência e à tecnologia;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

- ☐ utilizar, de modo compartilhado, os laboratórios e os recursos humanos pelos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- ☐ ofertar o ensino superior tecnológico diferenciado das demais formas de ensino superior;
- ☐ ofertar a formação especializada, levando em consideração as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico;
- ☐ realizar pesquisas aplicadas à produção de novos processos e prestação de serviços;
- ☐ desenvolver atividade docente estruturada, integrando os diferentes níveis e modalidades de ensino, observada a qualificação exigida em cada caso;
- ☐ desenvolver o processo educacional que favoreça, de modo permanente, a transformação do conhecimento em bens e serviços, em benefício da comunidade;
- ☐ implantar uma estrutura organizacional flexível, racional e adequada às necessidades contextuais;
- ☐ integrar as ações educacionais com as expectativas da sociedade e as tendências de desenvolvimento socioeconômico do Tocantins.

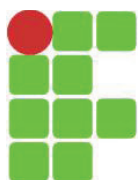
1.6 Áreas de Atuação da Instituição de Ensino

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Palmas, atento às constantes transformações socioeconômicas do Estado, atua em diversos níveis e modalidades das áreas de ensino, ressaltando que o IFTO-PALMAS tem caráter flexível, dinâmico e reformulador, atendendo os seguintes aspectos:

- ☐ acompanhamento da evolução da ciência e tecnologia;
- ☐ articulação com os programas de desenvolvimento socioeconômico do País e do Estado do Tocantins;
- ☐ atendimento às necessidades da comunidade por ensino, pesquisa e extensão.

Quanto à oferta de ensino, pesquisa e extensão há o atendimento dos dispositivos do Decreto nº 2.406, de 27.11.97, o qual regulamenta a Lei nº 8.948, de 8.12.94, nos seguintes níveis, modalidades e áreas de educação profissional:

Nível	Área
Cursos de inclusão educacional	Inclusão digital e PROEJA





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

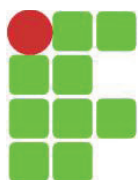
Nível	Área
Cursos de línguas	Capacitação em inglês para as comunidades interna e externa
Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores	Indústria e Serviços
Cursos técnicos subsequentes 12 cursos de formação profissional	Indústria, Informática, Gestão, Turismo e Hospitalidade, Construção Civil, Meio Ambiente, Geomática e em Segurança do Trabalho
Curso Técnico Profissional Integrado ao Ensino Médio (07 cursos)	Indústria, Informática, Construção Civil, Turismo e Hospitalidade, Gestão e Geomática
Cursos Superiores de Tecnologia 09 cursos superiores	Construção Civil, Indústria, Informática e Gestão e Licenciaturas

No que se refere à pesquisa, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Palmas propicia o fortalecimento do processo ensino e aprendizagem com a diversificação da pesquisa aplicada à produção de novos processos. Destaca-se, inclusive, o estabelecimento de parcerias com universidades, organismos públicos e privados para a produção de serviços, equipamentos e processos que venham a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Tocantins. Nesse sentido, a Instituição já vem desenvolvendo programas, projetos e atividades de pesquisa aplicada e acadêmica nas áreas de Construção Civil, Gestão, Indústria, Informática, Ensino, Geomática, Meio Ambiente e Turismo e Hospitalidade.

1.7 Mecanismo de articulação com segmentos produtivos a que está vinculado o curso para definição da oferta de cursos e vagas

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Palmas, através da Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias (DIREC) em conjunto com a Gerência Educacional de Relações Empresariais e Comunitárias, desenvolve de forma contínua programas e projetos que propiciam a interação entre as comunidades interna e externa da Instituição.

Para a melhor implementação de suas ações, a DIREC atua por meio de seus setores específicos que são:



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

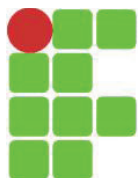
- Coordenação de Interação Serviço Empresa-Escola;
- Coordenação de Cursos Comunitários;
- Coordenação de Promoção Cultural e Eventos;
- Coordenação de Extensão e Pesquisa Tecnológica; e
- REDENET.

A CISEE - Coordenação do Serviço de Interação Escola Empresa é o setor responsável pelo desenvolvimento da política de interação escola/empresa atuando diretamente na comunidade empresarial no sentido de criar campos de estágios, oferecer informações sobre as competências profissionais de nossos cursos, oferecer mecanismos e captar dados referente a avaliação dos alunos em estágio, promover a verificação da qualidade do ensino institucional, criar meios de verificação sobre as necessidades de atualização curricular e ofertas de cursos permanentes, temporários e básicos, promover pesquisas sobre as tendências e necessidades ocupacionais dentro das áreas técnica e tecnológica no mercado local. Os principais Projetos e Programas desenvolvidos pela CISEE são:

- ☐ Avaliação de Estágio;
- ☐ Seminário de Avaliação Final de Estágio;
- ☐ Encontros de Egressos;
- ☐ Banco de Ofertas de Empregos e Estágios;
- ☐ Banco de Oferta de Profissionais;
- ☐ Serviço de Divulgação de Ofertas de Emprego / Estágios;
- ☐ Visitas às empresas Conveniadas e
- ☐ Suporte junto às Empresas para Seleção de Estagiários e Funcionários.

A Coordenação de Cursos Comunitários é destinada ao desenvolvimento de ações permanente de qualificação, requalificação e reprofissionalização de jovens e adultos trabalhadores, independente de escolaridade prévia, visando sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho conforme preceitua a LDB nº 9394/96 em seu Art. 42, regulamentado pelo Decreto 5.154/2004. Esta coordenação desenvolve projetos para cursos abertos a toda comunidade de forma permanente, como são os cursos oferecidos pelo Centro de Línguas, como também cursos de curta duração abertos à comunidade ou fechados para empresas.

Já a Coordenação de Extensão e Pesquisa Tecnológica é responsável pela coordenação do desenvolvimento das pesquisas desenvolvidas pelo IFTO-PALMAS.



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Outra é a Coordenação de Promoção Cultural e Eventos é responsável pela organização, divulgação, realização de eventos internos e externos ao Instituto.

A REDENET a Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica é órgão constituído em consórcio, pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnológica para promover a articulação entre os institutos federais das Regiões Norte e Nordeste, visando a potencialização das vocações individuais e coletivas, de modo a ampliar a geração, difusão e compartilhamento do conhecimento científico e tecnológico para a redução das desigualdades sociais das Regiões Norte e Nordeste, bem como o desenvolvimento de suporte tecnológico para o setor produtivo, visando, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida da população.

2 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

2.1 DADOS GERAIS DO CURSO

2.1.1 Denominação

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
--

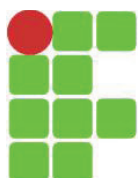
2.1.2 Coordenador da Área Profissional

Nome:	Guilherme Bizarro Salve							
End.:	AE 310 Sul (AESE 34), Av. LO 5, s/n - Centro							
Cidade:	Palmas				UF:	TO	CEP:	77.021-090
Fone:	63.3236-4062			Fax:				
e-mail:	cgestao@ifto.edu.br							

2.1.3 Coordenador do Curso

Nome:	Paula Karini Dias Ferreira Amorim							
End.:	AE 310 Sul (AESE 34), Av. LO 5, s/n - Centro							
Cidade:	Palmas				UF:	TO	CEP:	77.021-090
Fone:	63.3236-4062			Fax:				
e-mail:	gespublica.palmas@ifto.edu.br							

2.1.4 Regime de Matrícula



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Matrícula por	Periodicidade Letiva
Crédito	Semestral

2.1.5 Total de Vagas Anuais

Turnos de funcionamento	Vagas por turma	Número de turmas	Total de vagas anuais
Noturno	40	2	80

2.1.6 Carga Horária

Carga horária total do curso	Prazo de integralização da carga horária	
1920	limite mínimo (semestres)	limite máximo (semestres)
	6 semestres	12 semestres

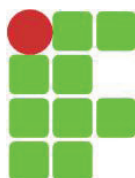
2.2 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

2.2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.2.1.1 Justificativa da Oferta do Curso

Na atualidade o setor público se defronta com novos desafios e o paradigma gerencial contemporâneo exige novas formas de gestão, descentralização de funções, reestruturação e criatividade de seus recursos humanos. Consequentemente, a gestão pública em nível federal, estadual e municipal deve estar preparada para enfrentar tais mudanças, tendo em vista a maior qualidade e produtividade de suas ações, mediante a adoção de modelos gerenciais capazes de gerar resultados. Nesse contexto, são imprescindíveis que os gestores de organizações governamentais atuem a partir dos seguintes pressupostos:

- compreensão do contexto sócio-político em que atua;
- previsão, entendimento e gerenciamento das mudanças, exercitando a flexibilidade e maleabilidade para enfrentar a incerteza;
- capacidade para a autogestão. Conhecer a si próprio, administrar seu tempo, delegar, tomar decisões, definir prioridades, desenvolver a inteligência emocional, são temas de importância crescente na formação gerencial;
- capacidade de comunicação e relacionamento com pessoas e grupos;
- conhecimento de ações e reações de outros países, de outras culturas, acompanhando a tendência universal de abertura e integração;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

- capacidade de negociação;
- ética pública e compromisso social.

O curso de Tecnologia em Gestão Pública possibilita aos futuros gestores uma visão estratégica da gestão pública, estimulando o desenvolvimento de sua capacidade de reflexão e crítica, com vistas a torná-los agentes de mudança no âmbito de suas futuras organizações.

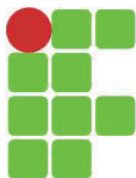
A cidade de Palmas possui significativa demanda para a área pública, justamente por ser a sede do governo do Estado do Tocantins. Além da esfera estadual, o governo federal também é grande empregador de mão de obra na capital tocantinense. São cargos e funções que vão de auxiliar administrativo a auditor ou procurador da república.

As funções exercidas pelos servidores públicos do “Poder Executivo” estão distribuídas nas Carreiras/Atividades típicas de Estado como Saúde, Educação, Segurança Pública, Fiscalização e arrecadação de Tributos, Previdência dentre outras.

Nos últimos anos tem crescido a oferta de emprego público no estado no âmbito Federal, Estadual e Municipal. Sendo estas contratações no setor público com intuito de renovação e recompor os quadros dos seus órgãos e autarquias. Ainda assim, especialistas estimam que essas vagas serão suficientes somente para repor os servidores que deixaram o serviço público por aposentadoria ou transferiram-se para a iniciativa privada. Há que se considerar, ainda, o incremento na quantidade de serviços oferecidos pelo governo federal, estadual e municipal, além do crescimento da população, que demandam ainda mais pessoas a serem contratadas. Outro fator a ser acrescentado é o interesse dos servidores dos diversos níveis pela formação como resultado do incentivo à evolução na carreira pública.

Dentre as carências nas áreas de Saúde, Educação Segurança Pública, Fiscalização e Arrecadação e Previdência a grande maioria os órgãos contratantes possuem necessidades comuns dentre elas: A Gestão das Finanças, Administrador, Legislação Administrativa, Profissional em Ciências Sociais e Humanas, o que evidencia importância de profissionais com características na área pública. Além da carreira como servidor público, há uma outra demanda atendida pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a de assessor. Na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins e nas Câmaras Municipais de todas as cidades do Estado, por exemplo, os parlamentares precisam de assessoria direta ou indireta, gerenciando a vida pública e os projetos encampados pelos parlamentares. O que demanda assessores com curso superior e formação específica para trabalhar na área, ou seja, sua profissionalização.

Dados fornecidos pela Secretaria da Administração do Estado mostram os principais órgãos públicos do Poder Executivo onde os futuros Tecnólogos em Gestão Pública poderão desempenhar suas funções: Gabinete do Governador, Casa Militar, Casa Civil, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Representação do Estado, Controladoria-Geral do Estado, Polícia Militar do Estado do Tocantins, Procuradoria Geral do Estado, 14 Secretarias de Governo, Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins, Agência Estadual de Saneamento, Departamento Estadual de Trânsito, Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins, Junta Comercial do Estado do Tocantins, Escola Técnica de Saúde do Tocantins, dentre outras.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

2.2.1.2 Objetivos do Curso

O tecnólogo em Gestão Pública atua em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal. Suas atividades centram-se no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas. Com sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, este profissional busca a otimização da capacidade de governo. O trato com pessoas, a visão ampla e sistêmica da gestão pública, a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança são características indispensáveis a este tecnólogo.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública no IFTO-Palmas, tem como finalidade principal a formação de profissionais aptos a atuar na área administrativa e controle financeiro, bem como no planejamento, orçamento e auditoria no setor público Municipal. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública fornecerá conhecimentos necessários ao bom desempenho de seus profissionais na gestão com foco áreas de Marketing, utilização de Sistemas de Informação, Desenvolvimento social e sustentável. Como extensão natural dessas atividades, o curso também irá preparar profissionais para atuação em Organizações da Sociedade Civil (Terceiro Setor), especialmente nas áreas de análise de projetos e captação de recursos. Destarte os profissionais formados pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública estarão aptos a ocupar os seguintes postos no mercado de trabalho:

- Servidor público (carreira);
- Assistente Administrativo;
- Assistente legislativo;
- Assessor parlamentar;
- Gestor de finanças públicas;
- Assessor Financeiro;
- Auditor público;
- Assessor no setor público;
- Analista de Planejamento e Orçamento.

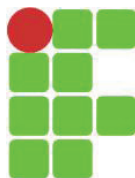
Objetivo Geral

Formar profissionais capacitados a gerir organizações públicas de forma efetiva, levando em consideração as mudanças sociais e as concepções humanísticas, na busca do equilíbrio permanente entre o desenvolvimento econômico sustentável e a qualidade de vida.

Objetivos Específicos

O aluno deverá demonstrar os seguintes domínios e competências no desempenho das atividades de Gestor Público, habilitado para as diferentes áreas que propicia o curso:

- integrar o processo de gestão pública no desenvolvimento regional e nacional;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

- incentivar o futuro gestor público a familiarizar-se na sistematização de processos de tomada de decisões, através da identificação e análise de problemas, buscando o estabelecimento de prioridades nas áreas de Gestão, Contábil – Financeiro, Meio Ambiente, Sistemas de Informação;
- incentivar no aluno o empreendedorismo com responsabilidade e ética;
- motivar no aluno a reflexão e atuação crítica;
- conhecer as políticas públicas e sociais em diversas áreas (economia, cidadania, comunicação, etc);
- assessorar políticos e gestores do alto escalão do governo nas áreas federal, estadual e municipal;
- aplicar corretamente a legislação referente a procedimentos na gestão pública.

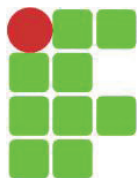
2.2.1.3 Perfil Profissional do Egresso

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia aprovado em julho de 2006 pela Portaria nº 10,

o tecnólogo em Gestão pública atua em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal. suas atividades centram-se no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas. com sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, este profissional busca a otimização da capacidade de governo. o trato com pessoas, a visão ampla e sistêmica da gestão pública, a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança são características indispensáveis a este tecnólogo (BRASIL, 2006, p. 37).

Além das características acima, o egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFTO possuirá:

- senso crítico-analítico, capacidade de planejar, alta motivação para implementação das ações e criatividade adaptativa;
- capacidade para avaliar objetivos e alcançá-los, como parte da competência necessária para atuação no mercado que, cada vez mais, privilegia soluções diferenciadas;
- visão multidisciplinar;
- visão humanística, de forma a propiciar o empreendimento e o desenvolvimento de tecnologias sem perda dos valores humanos e sociais.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
Na área específica do curso, as competências serão para:

- associar os princípios de Direito à área pública;
- estabelecer um entendimento sobre as principais políticas públicas e sociais brasileiras;
- descrever os aspectos éticos e legais pertinentes à esfera pública, bem como suas consequências para a gestão pública;
- avaliar os aspectos econômicos e os impactos das finanças públicas sobre a sociedade e sobre os órgãos em questão;
- utilizar ferramentas contábeis para compreender a dinâmica da contabilidade aplicada à administração pública em todas as suas esferas;
- demonstrar a organização do Estado brasileiro e as funções inerentes a cada instância ou escalão do governo em seus âmbitos federal, estadual e municipal;
- avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional dos órgãos da administração pública federal, no tocante aos aspectos da eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e qualidade;
- utilizar as ferramentas de auditoria, de planejamento e de avaliação da gestão em âmbito federal, estadual e municipal;
- assessorar o desenvolvimento de campanhas de marketing político;
- coordenar o uso de ferramentas de tecnologia da informação para a gestão do conhecimento no setor público;
- desenvolver e implementar projetos de interesse social no setor público;
- propor ações inovadoras e empreender no setor público;
- utilizar as Teorias Administrativas para a tomada de decisões.

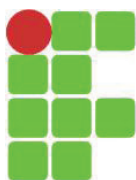
2.2.1.4 Forma de Acesso ao Curso

O ingresso ao curso de Gestão Pública no Campus Palmas será semestral. Serão ofertadas a cada semestre 40 vagas, o curso tem o seu funcionamento no turno noturno. As aulas ocorrem de segunda a sexta-feira. No Quadro 2 são estabelecidos os horários de funcionamento de cada turno.

As aulas terão 45 (quarenta e cinco) minutos de duração. Conforme previsto no edital de inscrição para o processo de seleção, todos os candidatos selecionados para ingressar no curso estarão sujeitos ao acatamento dos prazos previstos naquele edital, sob pena de sofrer as penalidades previstas.

Os candidatos aprovados, chamados por ordem de classificação, submeter-se-ão, no ato da matrícula, integral e incondicionalmente aos termos do regimento estudantil do IFTO, da Organização Didático Pedagógica – ODP – para os Cursos Superiores, bem como a

Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
quaisquer alterações dos mesmos, a partir da homologação das alterações pelo Conselho Superior do IFTO, na forma da legislação vigente.

O regime de matrícula será por crédito (unidade curricular), com periodicidade letiva semestral, assim que efetivada a matrícula no primeiro semestre, o estudante estará autorizado a iniciar a contagem das horas relacionadas às Atividades Complementares, seguindo os trâmites previstos neste Projeto.

As formas de ingresso no Curso de Gestão Pública são:

Sistema de Seleção Unificada (SiSU): através do gerenciamento feito pelo Ministério da Educação, por meio do qual as instituições públicas de educação superior participantes selecionarão novos estudantes exclusivamente pela nota obtida no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).

Portador de Título: havendo vagas remanescentes no curso poderá ser efetuada matrícula de ingresso de portadores de diploma de curso superior, para obtenção de novo título, observadas as normas e o limite das vagas dos cursos oferecidos. Estas vagas são disponibilizadas após o processo seletivo, em edital com regras próprias.

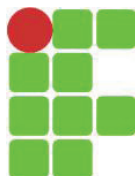
Transferência Externa: é prevista a transferência de estudantes de outras IES para o Curso de Gestão Pública do Campus Palmas para o prosseguimento de estudos do mesmo curso mediante a existência de vaga, conforme a Organização Didático Pedagógica do Campus Palmas (ODP).

Processo Seletivo (Vestibular): serão realizados 2 (dois) processos seletivos por ano – entrada semestral – sendo ofertadas 40 (quarenta) vagas por semestre. As informações detalhadas do Processo Seletivo serão apresentadas em Edital Público, constando informações das características do Curso de Gestão Pública, assim como orientações sobre a estrutura e a organização do Processo de Seleção, incluindo: período das inscrições; local de realização das provas; conteúdo programático das provas; critérios de classificação e desempate, assim como os procedimentos de matrícula. As provas do Processo Seletivo serão limitadas aos conteúdos integrantes do Núcleo Comum do Ensino Médio e objetivam aferir a formação obtida pelo candidato. As provas constarão de questões objetivas para as unidades curriculares de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Biologia, Física, Geografia, Química, Matemática e História, sendo uma delas discursiva (Redação).

2.2.1.5 Política de Integração do Ensino, P&D e Articulação com a Sociedade

A Política de Integração do Ensino, P&D e Articulação com a Sociedade do IFTO-Palmas trabalha no seguinte sentido:

a) Incentivo aos alunos



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

O IFTO incentiva a participação dos seus alunos em palestras técnicas, seminários, feiras e exposições tanto em nível local quanto nacional, bem como mediante divulgação para a comunidade nos meios de comunicação do Instituto.

Um evento que vem recebendo apoio sistemático da Instituição é o Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação (CONNEPI). Este evento almeja a troca de experiências e resultados de projetos entre professores, pesquisadores e estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com pesquisadores de instituições de ensino, pesquisa e extensão, empresas e indústrias, além de profissionais autônomos.

O CONNEPI tem periodicidade anual, sendo suas edições anteriores realizadas nos seguintes estados: I CONNEPI (2006) - Rio Grande do Norte (CEFET-RN); II CONNEPI (2007) - Paraíba (CEFET-PB); III CONNEPI (2008) - Ceará (CEFET-CE); IV CONNEPI (2009) - Pará (IFPA); V CONNEPI (2010) - Alagoas (IFAL); VI CONNEPI (2011) - Rio Grande do Norte (IFRN e IFS). A VII edição do evento, realizado em 2012, tem como anfitrião o Campus Palmas no estado do Tocantins (IFTO).

O evento conta com o apoio dos Institutos Federais das regiões norte e nordeste, os quais estão empenhados em difundi-lo, disponibilizando pesquisadores para o comitê científico e contribuindo com ações para êxito deste evento. A importância do CONNEPI para o desenvolvimento e consolidação de atividades que envolvam a pesquisa e a inovação é reconhecida por toda a Rede.

A mecânica de funcionamento do evento prevê sessões técnicas orais, apresentação de pôsteres, palestras e minicursos.

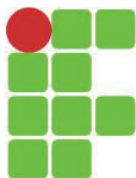
b) Pesquisa & desenvolvimento

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

A realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) oportuniza que o tema a ser trabalhado pelo aluno, venha atender às necessidades e interesses da comunidade empresarial no campo tecnológico. O Trabalho de Conclusão de Curso é unidade curricular obrigatória do currículo do curso de Tecnologia em Gestão Pública do IFTO-Palmas, e tem como objetivos principais:

- desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas durante o curso, de forma integrada, através da execução de um projeto;
- desenvolver a capacidade de planejamento e disciplina para resolver problemas dentro das áreas de formação específica;
- despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas;
- intensificar a extensão da instituição através da resolução de problemas existentes no setor produtivo e na sociedade;
- estimular a construção do conhecimento coletivo.

Programas de Pesquisa



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Atualmente o IFTO tem em efetivo funcionamento três programas de incentivo à pesquisa. São eles:

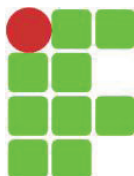
- a) Jornada de Iniciação Científica e Extensão (JICE): o programa de iniciação científica que visa introduzir os jovens no ambiente de desenvolvimento da ciência, estimular a compreensão da pesquisa científica e proporcionar para os interessados a continuidade nessa área, desenvolvendo atividades relacionadas à pesquisa. O Instituto entende que a primeira conquista de um estudante que faz iniciação científica é a fuga da rotina e da estrutura curricular, pois agrega-se aos professores e disciplinas com quem tem mais “simpatia”, desenvolvendo capacidades mais diferenciadas nas expressões oral e escrita e nas habilidades manuais. Outra vantagem é a de perder o medo, pois quando se aprendem coisas com uma certa autonomia apoiada na diretriz do orientador, posteriormente, na vida prática, ao surgir a primeira dificuldade, ele terá uma razoável habilidade para interpretar o fato e discernir se pode resolvê-lo ou se é preciso consultar quem sabe mais, pois, humildemente, reconhecerá que não tem a solução. Outro destaque refere-se ao fato de que todos os iniciantes científicos são excelentes fontes de informação para as adequações curriculares de impacto nos cursos, podendo ser considerados termômetros muito importantes da qualidade do curso, do desempenho dos professores e do conteúdo dos programas, ou seja, são excelentes cooperadores do próprio modelo pedagógico.
- b) Programa de Iniciação Científica: programa voltado para a iniciação à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico e inovação de estudantes de todos os níveis e modalidades de ensino e suas formas de articulação ofertadas pelo IFTO. O programa é regido por edital específico e prevê a destinação de bolsas de iniciação científica para docentes e discentes.

A fim de ampliar a pesquisa científica e tecnológica no IFTO-Palmas, a instituição foi cadastrada no CNPq, no diretório dos Grupos de Pesquisa e na REDENET (Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica) que tem como um dos objetivos estruturar e fortalecer o desenvolvimento de programas e projetos em rede na área de pós-graduação, pesquisa e inovação tecnológica.

Visitas técnicas

As visitas técnicas promovidas pelo IFTO-Palmas são atividades didático-pedagógicas e têm caráter eminentemente educativo, objetivando complementar a aprendizagem técnica e promover o enriquecimento sócio-cultural dos participantes.

O IFTO-Palmas promove condições de transporte, diárias e recursos para manutenção de veículos sempre que necessário.



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

É necessário observar as normas e procedimentos de realização das visitas técnicas. Para a confirmação da visita técnica, os professores terão que assinar um termo de responsabilidade, enviando a relação dos alunos com seus respectivos dados pessoais para fazer o seguro.

2.2.2 Gestão do Curso

a) Colegiados dos Cursos Superiores

Os colegiados dos Cursos Superiores do IFTO são órgãos permanentes, de caráter deliberativo, responsáveis pela execução didático-pedagógica e atuam no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão em conformidade com as diretrizes da instituição.

O Colegiado de Curso é composto por:

- a) Coordenador do Curso, como presidente;
- b) Coordenador da Área Profissional;
- c) Coordenador dos laboratórios, quando houver, ou de professor indicado pelo presidente do Colegiado do Curso para esta vaga;
- d) Coordenador Técnico Pedagógico – COTEPE;
- e) Professor Supervisor do Trabalho de Conclusão do Curso (se houver TCC no curso);
- f) Professor Supervisor das Atividades Complementares;
- g) Professor Supervisor de Estágio Curricular (se houver Estágio Curricular no curso);
- h) 2 (dois) membros indicados pelo presidente do Colegiado do Curso, sendo 1 (um) da área específica e 1 (um) da área de formação geral;
- i) 1 (um) membro eleito pelos professores do curso, segundo o artigo 15 (quinze) e seu respectivo suplente;
- j) 1 (um) aluno do curso e seu respectivo suplente indicados pelo órgão representativo dos alunos. Na falta desta representação, serão indicados pelo presidente do Colegiado do Curso.

Compete ao colegiado dos Cursos Superiores de Tecnologia:

- a) realizar atividades que permitam a integração da ação técnico-pedagógica do grupo docente;
- b) propor às diretorias da instituição o estabelecimento de convênios de cooperação técnica e científica com instituições afins com o objetivo de desenvolvimento e capacitação no âmbito do curso;

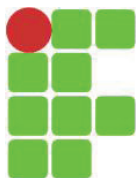




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

- c) verificar e avaliar semestralmente a execução dos Planos de Ensino das unidades curriculares e propor as ações cabíveis;
- d) participar da avaliação e reformulação dos Planos de Ensino de cada unidade curricular, periodicamente ou sempre que for solicitado;
- e) analisar e dar parecer de solicitações referentes à avaliação de atividades executadas pelos alunos não previstas no Regulamento de Atividades Complementares;
- f) analisar e reformular os Planos de Ensino das unidades curriculares na oferta de cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão;
- g) dar parecer sobre a relevância dos projetos de pesquisa e extensão de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC;
- h) analisar e aprovar os pedidos da Coordenação de Área para afastamento de professores para Licença-Capacitação, Licença-Sabática, Licença-sem Remuneração, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado, em conformidade com os critérios adotados na instituição. Não estão inclusas neste as licenças para tratamento de saúde;
- i) propor às instâncias competentes alterações nos critérios existentes para afastamentos para capacitação de professores na ETF- Palmas se houver necessidade;
- j) propor aos conselhos competentes, em articulação com o Coordenador do Curso, alterações no currículo do curso, quando for o caso;
- k) examinar e decidir sobre as questões solicitadas pelos corpos docente e discente, ou encaminhar ao setor competente para parecer detalhado dos assuntos cuja solução exceda as suas atribuições;
- l) estudar e apontar causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão de alunos do curso ou unidades curriculares a partir de dados obtidos junto à CORES e propor ações resolutivas;
- m) fazer cumprir a Organização Didático-pedagógica dos Cursos Superiores de Tecnologia do IFTO-Palmas, propondo alterações sempre que forem evidenciadas;
- n) auxiliar na manutenção da ordem no âmbito escolar e na gestão hierárquica da instituição;
- o) delegar competência no limite de suas atribuições.

O Colegiado do Curso, ao ser solicitado seu parecer por meio de requerimento devidamente documentado e protocolado na Coordenação de Comunicação Arquivo e Transporte (CCAT) e encaminhado ao seu presidente, deverá, nas suas decisões, dar prosseguimento no processo protocolado de acordo com os trâmites internos necessários e adotados no IFTO-Palmas: Coordenação da Área do curso, CPPD, Gerente da Área de Ensino, Diretor de Ensino, Conselho Pedagógico, Diretor da Unidade, Diretor Geral e Conselho Diretor.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
b) NDE - Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Gestão Pública do Campus Palmas é constituído por:

- Coordenador do Curso, como seu presidente e
- Representantes do Corpo Docente indicados pelo Colegiado do Curso.

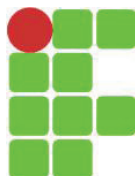
São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- elaborar o Projeto do Curso definindo sua concepção e fundamentos;
- estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- atualizar periodicamente o Projeto do Curso;
- conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo Projeto de Curso;
- acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes. Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

No quadro a seguir são definidos os docentes eleitos, conforme Portaria nº 015/2014/IFTO/CAMPUS PALMAS, 27 de janeiro de 2014, para compor o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Gestão Pública.

Nome	Titulação/Regime Trabalho
Ana Carolina Falcão	Mestre/40 horas
Gislene Magali da Silva	Mestre/DE
Guilherme Bizarro Salve	Doutor/DE
Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior	Mestre/DE
Paula Karini Dias Ferreira Amorim	Doutor/DE





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

c) Coordenação do Curso

Atualmente o curso de Gestão Pública é coordenado pela professora Paula Karini Dias Ferreira Amorim, eleita pelos pares e nomeada pela Portaria nº 327/2013. A Coordenadora é formada em Administração pelo Centro Universitário Luterano de Palmas, especialista em Investigação Científica, mestre em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação e doutora em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela UFBA. É docente no IFTO desde fevereiro de 2011. O contrato é em regime de trabalho de dedicação exclusiva. A experiência no magistério superior acumula 7 anos e a experiência de Gestão Acadêmica acumula 5 anos. Entre as atividades desenvolvidas cabe destaque às de assessoria acadêmica e pró-reitoria. Além da coordenação do curso a professora ministra as disciplinas de Gestão Estratégica e Tecnologia da Informação Aplicada ao Setor Público.

A Coordenação de Curso funciona de segunda a sexta-feira das 14h às 18 h e das 19h às 22h. Dois bolsistas auxiliam no atendimento dos alunos.

2.2.1.8. Comitê de Ética em Pesquisa

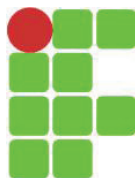
Todas as pesquisas envolvendo seres humanos devem, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, incorporar e respeitar os referenciais básicos da bioética - autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros. Além disto, devem assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

Para a garantia destes direitos e deveres, toda pesquisa envolvendo seres humanos deve ser submetida a um Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, registrado na CONEP/MS – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, Ministério da Saúde. A CONEP/MS é uma instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, independente, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde.

Atualmente, as Pesquisas envolvendo seres humanos são regulamentadas pelas Resoluções Nº196/96, Nº251/97 e Nº370/07, do Conselho Nacional de Saúde – CNS.

A Resolução CNS Nº196/96 define as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, com destaque para a função e atuação dos Comitês de Ética em Pesquisa, enquanto que a resolução Nº370/07regulamenta os critérios para registro, credenciamento e renovação de registro dos CEPs. A Resolução CNS Nº251/97 é específica para a área temática de pesquisa com novos fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos. Ressalta-se, ainda, que cada área temática de investigação e cada modalidade de pesquisa, além de respeitar estas Resoluções, devem cumprir com as exigências setoriais e regulamentações específicas.

Segundo a Resolução Nº196/96, em seu capítulo VII – Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, define que toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa, e que, as instituições nas quais se realizem pesquisas





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

envolvendo seres humanos deverão constituir um ou mais de um Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, conforme suas necessidades. Também define que, na impossibilidade de se constituir CEP, a instituição ou o pesquisador responsável deverá submeter o projeto à apreciação do CEP de outra instituição, preferencialmente dentre os indicados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS).

O IFTO-Palmas ainda não tem constituído o Comitê de Ética em Pesquisa por não preencher, até o momento, os critérios mínimos definidos pela legislação vigente. Soma-se a isto, o fato de o Instituto ainda estar se estruturando na área de pesquisa e que o Comitê de Ética em Pesquisa será estruturado à medida que a demanda necessitar. Também observa-se que a da maioria dos grupos de pesquisa não realiza trabalhos que envolvam seres humanos e consequentemente, não necessitem aprovação pelo comitê de ética para o andamento de seus projetos.

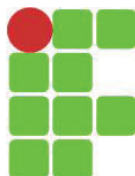
Ao pesquisador do IFTO-Palmas, que necessita submeter a sua pesquisa a um CEP, poderá submeter seu projeto à apreciação de um dos CEP vinculados à CONEP/MS, conforme inciso VII.2, do capítulo VII, da Resolução N°196/96 do CNS. Segundo dados da CONEP/MS, em setembro de 2007, atualmente estão em atividade os seguintes CPE no Estado do Tocantins: CEP da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins, aprovado em 21/2/2002 e renovado em 8/6/2006; CEP do Centro Universitário Luterano de Palmas, aprovado em 14/11/2003; CEP da Fundação Universitária Federal do Tocantins - UFT/UNITINS, aprovado em 6/12/2005; e o CEP da Fundação UNIRG/ Faculdade UNIRG, aprovado em 10/2/2006.

O IFTO-Palmas possui um Termo de Cooperação Técnica com a Fundação Universidade Federal do Tocantins, para as áreas de pesquisa e extensão. Assim, ao professor pesquisador do IFTO-Palmas que necessitar submeter seu projeto de pesquisa ao CEP, sugere-se a submissão ao CEP da UFT.

2.2.3 CURRÍCULO DO CURSO

2.2.3.1 Organização curricular

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA			
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR			
1º PERÍODO			
Componente curricular	Créditos	C/H	Pré-requisitos
Teoria Geral da Gestão Pública	04	60	Não existe
História da Gestão Pública	02	30	Não existe
Planejamento Governamental	04	60	Não existe
Sociologia Política	04	60	Não existe
Metodologia Científica	02	30	Não existe
Informática Aplicada	04	60	Não existe
TOTAL PARCIAL	20	300	





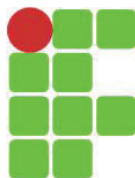
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

2º PERÍODO			
Componente curricular	Créditos	C/H	Pré-requisitos
Estatística Básica	04	60	Não existe
Empreendedorismo Aplicado ao Setor Público	04	60	Não existe
Tecnologia da Informação Aplicada à Gestão Pública	04	60	Não existe
Estado Política e Governo	04	60	Não existe
Auditoria Pública	04	60	Não existe
TOTAL PARCIAL	40	600	

3º PERÍODO			
Componente curricular	Créditos	C/H	Pré-requisitos
Gestão Ambiental e Sustentável	02	30	Não existe
Orçamento Público	04	60	Não existe
Marketing Público e Político	04	60	Não existe
Finanças Públicas	04	60	Não existe
Elaboração e Gestão de Projetos Públicos	02	30	Não existe
Legislação do Setor Público	04	60	Não existe
TOTAL PARCIAL	60	900	

4º PERÍODO			
Componente curricular	Créditos	C/H	Pré-requisitos
Relações Públicas	02	30	Não existe
Contabilidade Pública	04	60	Não existe
Gestão Estratégica	04	60	Não existe
Economia Solidária	02	30	Não existe
Políticas Públicas	04	60	Não existe
Legislação Tributária	04	60	Não existe
TOTAL PARCIAL	80	1200	

5º PERÍODO			
Componente curricular	Créditos	C/H	Pré-requisitos
Gestão de Recursos Materiais	04	60	Não existe
Gestão de Pessoas	04	60	Não existe
Avaliação na Gestão Pública	04	60	Não existe
Redação Oficial	04	60	Não existe
Processo Decisório na Administração Pública	04	60	Não existe
TOTAL PARCIAL	100	1500	





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

6º PERÍODO			
Componente curricular	Créditos	C/H	Pré-requisitos
Disciplina Optativa	04	60	Não existe
Ética na Gestão Pública	04	60	Não existe
Projetos Sociais	04	60	Não existe
Trabalho de Conclusão de Curso	8	120	Atividades Complementares
TOTAL PARCIAL	120	1800	
Atividades Complementares	8	120	Não existe
TOTAL	128	1920	
Disciplinas Optativas			
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	04	60	Não existe
Tópicos Especiais em Desenvolvimento Regional	04	60	Não existe

2.2.2.2. Flexibilidade Curricular do Curso

O regime de matrícula por créditos, permite flexibilidade no currículo dos alunos. É possível ter o adiantamento de unidades curriculares, aproveitamento de unidades curriculares cursadas em outro curso de mesmo nível e de experiências vividas, além de enriquecimento curricular.

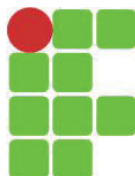
Os alunos que apresentarem conhecimentos adquiridos em outras instituições em cursos de mesmo nível, terão direito ao aproveitamento de estudos, desde que tenham sido aprovados pela instituição de origem e as competências e habilidades sejam compatíveis. Este aproveitamento é denominado convalidação de unidades curriculares.

Da mesma forma, os alunos que tenham conhecimentos adquiridos de outras experiências e vivências, também terão direito ao aproveitamento de estudos, devendo comprovar as competências e habilidades da unidade curricular através de avaliação específica, denominada Exame de Proficiência.

O enriquecimento curricular é proporcionado aos alunos que desejam adicionar ao seu currículo unidades curriculares de outros cursos ou que tenham sido originadas em mudanças curriculares dos próprios cursos.

Todos estes procedimentos são conduzidos segundo a Organização Didático Pedagógica dos Cursos Superiores de Tecnologia do IFTO-Palmas.

2.2.3 AVALIAÇÃO DO CURSO

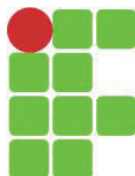


Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
2.2.3.1. Práticas Pedagógicas

UNIDADES CURRICULARES	Atividade (%)						
	Aula teórica	Prática Laboratório	Trabalho individual	Trabalho em grupo	Visita técnica	Vídeos e Projeções	Conferências e Palestras
Teoria Geral da Gestão Pública	100						
História da Gestão Pública	100						
Planejamento Governamental	100						
Sociologia Política	100						
Metodologia Científica	80		20				
Informática Aplicada	70	65	5				
Estatística Básica	100						
Empreendedorismo Aplicado ao Setor Público	60	10	10	20			
Tecnologia de Informação aplicada à Gestão Pública	40	55	5				
Estado, Política e Governo	100						
Auditoria Pública	90		2	3			5
Gestão Ambiental e Sustentável	80			10		5	5
Orçamento Público	80		10	5			5
Marketing Público e Político	70			20		5	5
Finanças Públicas	75			20			5
Elaboração e Gestão de Projetos	75		10	15			
Legislação do Setor Público	100						





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Relações Públicas	100						
Contabilidade Pública	90		5				5
Gestão Estratégica	90		5			5	
Economia Solidária	100						
Políticas Públicas	90			5			5
Legislação Tributária	100						
Gestão de Recursos Materiais	100						
Gestão de Pessoas	100						
Avaliação na Gestão Pública	90		5	5			
Redação Oficial	100						
Processo Decisório na Administração Pública	100						
Tópicos Especiais em Desenvolvimento Regional	80		5	5		5	5
Ética na Gestão Pública	100						
Projetos Sociais	100						
TCC	100						

2.2.3.2 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem

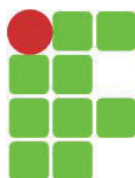
O acompanhamento da aprendizagem segue a Organização Didática Pedagógica dos Cursos Superiores de Tecnologia do IFTO-Palmas. Nesta consta que o registro do rendimento escolar dos alunos será compreendido através de:

- verificação da assiduidade;
- avaliação do aproveitamento em todas as unidades curriculares.

A avaliação do aproveitamento em unidade curricular dar-se-á por uma única nota, denominada Nota Final, proveniente de avaliações diversificadas ao longo do semestre letivo. Para todos os efeitos, avaliação diversificada é toda estratégia didático-pedagógica aplicada no processo de avaliação da aprendizagem prevista no Plano de Ensino de cada unidade curricular, tais como:

- ☐ observação diária e/ou parcial dos professores;
- ☐ trabalhos de pesquisa individual ou coletiva;
- ☐ testes escritos, com ou sem consulta;
- ☐ verificações individuais ou em grupos;

Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

- ☐ arguições;
- ☐ seminários;
- ☐ visitas;
- ☐ resoluções de exercícios;
- ☐ execução de experimentos ou projetos;
- ☐ relatórios referentes aos trabalhos, experimentos e visitas;
- ☐ trabalhos práticos;
- ☐ outros instrumentos pertinentes da prática pedagógica.

A avaliação do aproveitamento em unidade curricular dar-se-á por uma única nota, denominada Nota Final, proveniente de avaliações diversificadas ao longo do semestre letivo. As avaliações do Curso Superior deverão ser feitas a partir da média aritmética de duas notas, intituladas AVALIAÇÃO 1 e AVALIAÇÃO 2. Ambas com o mesmo peso.

De acordo com o Art. 148, § 4º, da ODP IFTO, “ao final das duas etapas que compreendem as avaliações diversificadas, os estudantes com média inferior a 6,0 (seis) terão a oportunidade de realizar a avaliação final, seja ela teórica ou prática, que sendo igual ou superior a 6,0 (seis) substituirá a nota anterior.

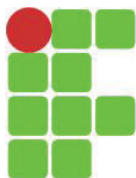
Será considerado aprovado na unidade curricular o acadêmico que tiver frequência às atividades escolares, igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total da unidade curricular e obtiver Nota Final igual ou superior a 6,0 (seis). Será considerado reprovado o acadêmico que tiver Nota Final inferior a 6,0 (seis) e/ou frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades escolares.

2.2.3.3 Avaliação do Curso

Ao longo do desenvolvimento das atividades curriculares, a coordenação do curso em conjunto com o NDE trabalham na direção da consolidação de mecanismos que possibilitem a permanente avaliação dos objetivos do curso. Tais mecanismos deverão contemplar o mercado de trabalho, as condições de empregabilidade, a parceria com o setor público e a atuação profissional dos formandos, entre outros.

Poderão ser utilizados mecanismos especificamente desenvolvidos pelas coordenações dos cursos atendendo objetivos particulares, assim como os seguintes outros mecanismos:

- utilização do período constante do Calendário Escolar intitulado “Atividade Pedagógica” para planejamento, (re)-elaboração de planos de ensino, avaliação dos cursos, entre outros, com a participação dos Responsáveis Técnicos, Coordenadores de Área e professores de todas as áreas do conhecimento e de todas as unidades do IFTO-Palmas;
- utilização dos “seminários” de apresentação de “qualificação” e de defesa final dos Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC, realizados semestralmente, como oportunidade de avaliação do desempenho dos alunos e da eficácia do curso. A banca examinadora das





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
apresentações, sendo composta, também, por representantes do setor produtivo, pode avaliar o desempenho do estudante sob a ótica da empresa;

- análise sobre a relevância dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvida pelo corpo docente do curso de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC;
- programa de acompanhamento de egressos – a ser implementado em conjunto à DIREC com o intuito de realizar: cadastramento dos egressos e dos empregadores dos egressos; avaliação dos egressos no mercado de trabalho; avaliação e adequação dos currículos dos cursos; avaliação das práticas pedagógicas e conteúdos ministrados no curso; instituir o programa de avaliação institucional no IFTO-Palmas - CPA;
- utilizar os dados obtidos a partir do processo de avaliação instituído pelo MEC/INEP: ENADE;
- realização, em conjunto com a Coordenação de Área e com o Responsável Técnico, de reuniões periódicas com os professores, para análise do desempenho das turmas e outros assuntos pertinentes.
- analisar o tipo de atividade desenvolvida pelo aluno em “Atividades Complementares”.

2.2.4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

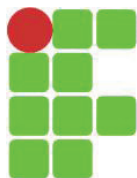
A prática como componente curricular culmina com o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmico-científica materializada por meio de um TCC, no formato de monografia, que deve abranger os resultados da prática de pesquisa.

A monografia deve ser redigida de acordo com as normas da ABNT estabelecidas para a redação de trabalhos científicos, conforme Regulamento das Licenciaturas oferecidas pelo IFTO.

A elaboração e defesa da monografia são obrigatórias a todos os acadêmicos do Curso de Gestão Pública do IFTO, seguem as exigências das diretrizes oficiais para os cursos superiores e são regidas por um manual específico. O acadêmico, assistido por seu Professor Orientador, deve iniciar o processo de desenvolvimento do TCC no quinto semestre, e deve levá-lo a término no sexto período.

Previamente à defesa da Monografia, os graduandos prestam exame de qualificação seus projetos monográficos no âmbito do componente curricular de TCC. Cabe destacar que este constitui em um importante espaço da formação do futuro professor, pois contribui para o aprimoramento de habilidades investigativas e de acompanhamento de grupos de pesquisa em razão da proximidade com os professores orientadores. Além disso, garante a oportunidade de elaboração de um trabalho nos moldes acadêmicos e a experiência de uma exposição pública.

O acompanhamento dos acadêmicos no TCC é feito por um Professor Orientador, escolhido pelo acadêmico e homologado pelo Professor Supervisor, observando-se sempre a área de conhecimento em que é desenvolvido o projeto, a área de atuação e a disponibilidade do Professor Orientador.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

O Professor Orientador deve ser um professor lotado na Coordenação da Área Profissional do Curso e que possua titulação mínima de pós-graduação em nível de especialização.

O TCC, sujeito à aprovação, revisão ou mesmo recusa, é apresentado a uma banca examinadora composta pelo Professor Orientador e mais dois componentes, podendo ser convidado, para compor essa banca, um profissional externo de reconhecida experiência profissional na área de desenvolvimento do objeto de estudo. Após a aprovação pela banca examinadora e a aplicação das correções e proposições, o trabalho fará parte do acervo bibliográfico da Instituição.

Atualmente vigora o Regulamento de Trabalho de Conclusão aprovado pela Resolução ad referendum nº 02/2012/CONSUP/IFTO, de 30 de agosto de 2012, referendado e alterado pela Resolução nº 34/2012/CONSUP/IFTO, de 24 de outubro de 2012 e alterado pela Resolução nº 72/2013/CONSUP/IFTO, de 11 de dezembro de 2013.

2.2.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são atividades práticas que privilegiam a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais do aluno. Constituem parte integrante do currículo dos Cursos Superiores do IFTO e são organizadas pelo Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação desta Instituição de Ensino.

Efetivada a matrícula no primeiro semestre, o acadêmico está autorizado a realizar as atividades complementares, seguindo os trâmites previstos na Regulamentação do Curso.

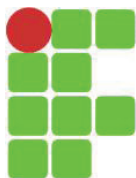
Trata-se de atividades de cunho acadêmico, científico e cultural que devem ser desenvolvidas pelos licenciandos ao longo de sua formação, como forma de incentivar sua inserção em outros espaços acadêmicos, científicos e culturais. Essas atividades devem envolver, obrigatoriamente, a modalidade de ensino e, à escolha, a modalidade de pesquisa e/ou de extensão.

O aluno deve desenvolver essas atividades, obrigatórias para a sua graduação, no IFTO ou em outras instituições públicas ou privadas, durante os semestres letivos.

Cada atividade desenvolvida possui uma pontuação pré-determinada, que leva em consideração a compatibilidade, a relevância, a carga horária e a participação efetiva.

As Atividades Complementares têm as seguintes finalidades:

- I. Complementação da formação social, humana e cultural: atividades esportivas; cursos de língua estrangeira; atividades artísticas e culturais; organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural; participação como expositor em exposição artística ou cultural.
- II. Cunho comunitário e interesse coletivo: participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos da Instituição, mediante comprovação de, no mínimo, 75% de participação efetiva; participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, Cipas, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares; participação em atividades beneficentes; atuação como instrutor em





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade; engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar; participação em projetos de extensão não remunerados e de interesse social.

III. Iniciação científica, tecnológica e de formação profissional: participação em cursos extraordinários da área de formação, de fundamento científico ou de gestão; participação efetiva e comprovada em palestras, congressos, seminários técnico-científicos, semanas acadêmicas, programas de treinamento, jornadas, simpósios, congressos, encontros, conferências, fóruns, promovidos pelo IFTO ou por outras instituições de ensino, bem como por conselhos ou associações de classe; participação em atividades de monitoria; atividades de extensão promovidas pelo IFTO ou por outras instituições de ensino ou por órgão público; participação em comissão coordenadora ou organizadora de evento de extensão isolado, devidamente registrado nos órgãos competentes; participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos; participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso; participação como expositor em exposições técnico-científicas; participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico; publicações em revistas técnicas; publicações em anais de eventos técnico- científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional; estágio não obrigatório na área do Curso; participação em visitas técnicas organizadas pelo IFTO; participação e aprovação em unidades de enriquecimento curricular, cursadas com aproveitamento; participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares; participação como assistente de bancas examinadoras de defesa de Estágio Curricular Obrigatório; participação como assistente de bancas examinadoras de Qualificação e Defesa de Monografia; participação como assistente de bancas examinadoras de Qualificação e Defesa de Mestrado e Doutorado.

Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo acadêmico, são consideradas a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas com os objetivos do Curso em que o discente está matriculado e o total de horas dedicadas às atividades.

O acadêmico, até a data limite estabelecida no Calendário Escolar, deve protocolar, na Coordenação de Protocolo e Arquivo, um requerimento à Coordenação do Curso com solicitação de homologação das atividades desenvolvidas, anexando toda a documentação comprobatória, que contenha a indicação da natureza da atividade e sua respectiva duração. Cada documento apresentado só pode ser contabilizado uma única vez, ainda que possa ser contemplado em mais de uma modalidade.

O Coordenador do Curso encaminha os processos aos membros do Colegiado de Curso para análise e apresentação de parecer a ser analisado na Plenária do Colegiado. Após a homologação das Atividades Complementares acadêmicas, científicas e culturais pelo Colegiado, o Coordenador do Curso faz o devido registro no Sistema Acadêmico. Só podem ser contabilizadas as atividades realizadas no decorrer do período em que o aluno está vinculado ao Curso.

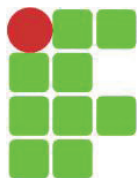
A matrícula em Atividades Complementares e a homologação pela Coordenação de Curso de, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas de Atividades Complementares são pré-requisitos para a matrícula no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Os casos omissos e as situações não previstas neste subitem serão analisados pelo Colegiado do Curso.



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS



1 – IDENTIFICAÇÃO:	
Curso:	<i>CST Gestão Pública</i>
Unidade Curricular:	
Sociologia Política	
Ano /Semestre:	Nº aulas semanais:
Total de horas:	Total de aulas:
CH Teórica:	CH Prática:
Pré-requisitos:	CH Orientação de Estágio:
Professor(es) responsável(eis):	
<i>Carlos Eduardo Panosso</i>	
2 – EMENTA	
Conceitos introdutórios da sociologia geral e da sociologia política. O conceito de ciência, de sociologia, de política e de poder. A sociologia política no Brasil. Estado e sociedade no Brasil. A constituição do Estado Nacional e a sua consolidação. O Estado na República. Ditadura e democracia no Brasil republicano. Estado e desenvolvimento econômico no Brasil. A crise do Estado desenvolvimentista. Modalidades de organização de interesses. Contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena e africana.	
3 – COMPETÊNCIAS	
• Compreender as relações do ser humano com os processos produtivos; • refletir sobre o sentido do trabalho e sua relação com a construção da identidade humana; analisar os impactos da Ciência e tecnologia nos processos de produtivos e no emprego; • compreender a ação humana como uma construção referenciada as normas e ao ethos de cada época; desenvolver habilidades de relacionamento interpessoal.	
4 – HABILIDADES	
• Ler textos de diversas modalidades de modo significativo • Elaborar por escrito os conhecimentos produzidos; • Debater um assunto tomando posição a respeito defendendo um determinado ponto de vista; • Interagir de modo solidário nas diversas atividades de aprendizagem.	
5 – BASES TECNOLÓGICAS	
• Sociologia Política e Sociedade. • Conhecimento e Sociologia; • A formação histórica das Ciências Sociais; • A sociologia clássica: o Positivismo de Auguste Comte; a Sociologia de Emile Durkheim; a contribuição de Max Weber; o pensamento de Karl Marx • Indivíduo, Grupo e Estratificação Social: Instituições Sociais e Estratificação e Mobilidade Social • Sociedade Contemporânea: Relativismo social e diversidade cultural, Sociedade do consumo e Meios de comunicação e cultura de massa • Cultura, Poder, Ideologia e Organização: Cultura e organização, Poder e organização e Ideologia e organização • Movimentos Sociais • Trabalho e Capitalismo • Contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena e africana.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO
As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas, seminários etc.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco <i>Data-show</i>
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiros, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica: COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia : introdução a ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2005. QUINTANEIRO, T. BARBOSA, M.L. OLIVEIRA, M.G. Um toque de clássicos . Belo Horizonte: UFMG, 2002. LAKATOS, E. e MARCONI, M. Sociologia Geral . São Paulo: Atlas, 2008. SANTOS, Jose L. O que é cultura . São Paulo: Brasiliense, 1989.
9.4 – Complementar: ARENDT, Hanna. A condição humana . Rio de Janeiro: Forense, 2004. DEL PRETTE, Zilda. Psicologia das habilidades sociais . Petrópolis: Vozes, 1999. HOBSBAWM, E. A Era das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. OLIVEIRA, P. Introdução a sociologia . São Paulo: Ática, 2002. OLIVEIRA, S. Sociologia das Organizações . São Paulo: Pioneira, 2002.

Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Paula Karini F Amorim
Coordenador (a) do Curso

Data: ____ / ____ / ____

Data: ____ / ____ / ____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS



		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS			
1 – IDENTIFICAÇÃO:					
Curso:		CST Gestão Pública		Modalidade de: Tecnológico	
Unidade Curricular:		Código unidade:			
Empreendedorismo Aplicado ao Setor Público					
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio
Total de horas:	60	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	60	CH Prática:	60	CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:	CH Orientação de Estágio: 0				
Professor(es) responsável(eis): Ana Carolina Nogueira Falcão					
2 – EMENTA					
Conceitos de empreendedorismo e auto-avaliação; As características do empreendedor: liderança, atualização, visão de organização, senso de oportunidade, persistência; Criatividade, visão e oportunidades; Busca de informações para pesquisa de mercado; O mercado de trabalho atual e as bases da empregabilidade; trabalho e consumo; inovação como fator diferencial: inovação do produto, inovação de serviço, inovação tecnológica; Intraempreendedorismo, empreendedorismo social e empreendedorismo start up; Plano de negócio. Identificar oportunidade de negócio. Conhecer: mercados consumidores, concorrentes e fornecedores. Planejamento mercadológico; Métodos e técnicas em fontes impressas ou disponíveis por outros meios de pesquisa de campo; Elaboração da FOFA/SWOT. Sistema de pesquisa de mercado e Fórmulas aplicadas ao estudo econômico e de mercado; Processos de coleta de dados econômicos e de mercado; Elaboração de relatórios sobre os resultados dos testes, envolvendo avaliação de novas tecnologias; Elaboração de plano de negócio.					
3 – COMPETÊNCIAS					
• Compreender o movimento empreendedor e suas perspectivas. • Empreendedor interno dentro de organizações. • Construir possibilidades de crescimento pessoal e diferenciação em meio à grande concorrência dentro da gestão pública; • Analisar e interpretar as necessidades do mercado para desenvolvimento regional • Aplicar projetos para constituição de mudanças organizacionais					
4 – HABILIDADES					
• Dominar os principais conceitos sobre Empreendedorismo, perfil, origens, formas de trabalho. • Identificar as principais características de um empreendedor. • Analisar as ideias relacionadas com a criação de negócio, baseada em critérios objetivos e empresariais. • Desenvolver um plano de negócios e analisar a sua viabilidade. • Pesquisar e identificar mercados potenciais. • Buscar parcerias que agreguem valor ao desenvolvimento regional. • Analisar concorrência. • Identificar pontos fortes e fracos de planos de negócios. • Escolher e aplicar técnicas e ferramentas administrativas na prevenção e solução de problema.					

71



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

5 – BASES TECNOLÓGICAS	Conceitos de empreendedorismo e auto-avaliação; As características do empreendedor: liderança, atualização, visão de oportunidade, persistência; Criatividade, visão e oportunidades. O mercado de trabalho atual e as bases da empregabilidade. Busca de informações para pesquisa de mercado; O mercado de trabalho atual e as bases da empregabilidade; inovação como fator diferencial: inovação do produto, inovação de serviço, inovação tecnológica; Intraempreendedorismo, empreendedorismo social e empreendedorismo start up. Plano de negócio. Conhecer: mercados consumidores, concorrentes e fornecedores. Planejamento mercadológico; Métodos e técnicas em fontes impressas ou disponíveis por outros meios de pesquisa de campo; Elaboração da FOFA/SWOT. - Sistema de pesquisa de mercado e Fórmulas aplicadas ao estudo econômico e de mercado; Processos de coleta de dados econômicos e de mercado; Elaboração de relatórios sobre os resultados dos testes, envolvendo avaliação de novas tecnologias; Elaboração de plano de negócio.
6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO	
As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.	
7 – RECURSOS DIDÁTICOS	
Quadro branco; <i>Data-show</i> ; <i>Softwares</i>	
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiros, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.	
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA	
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).	
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO	
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.	
9 – BIBLIOGRAFIA:	
9.1 – Básica:	
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios . Rio de Janeiro: Campus, 2001. 299p. HISRIC, Robert D.; PETERS, Michael P. Empreendedorismo . 5. ed. Tradução: RIBEIRO, Lene Belon. Porto Alegre: Bookman, 2004. 592p. MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. 208p.	
9.8 – Complementar:	
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo corporativo; como ser empreendedor, inovar e se diferenciar... Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 183p. HAGUE, Paul; JACKSON, Peter; PIMENTEL, Luzia Roxo. Faça sua própria pesquisa de mercado . Editora(s) Nobel, [1997]. Instituto Euvaldo Lodi.; Confederação Nacional da Indústria., Empreendedorismo : ciência, técnica e arte . Editora(s) IEI, [2000]. NASOJAN, C. et al. Administração empreendedora . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social . Rio de Janeiro: Qualimark, 2002.	

Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Paula Karini F Amorim
Coordenador (a) do Curso

Data: ____ / ____ / ____

Data: ____ / ____ / ____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS			
1 – IDENTIFICAÇÃO:				
Curso:	<i>CST Gestão Pública</i>		Modalidade de:	<i>Tecnológico</i>
Unidade Curricular:				
<i>Políticas Públicas</i>				
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	<i>4</i>	Área: <i>Gestão e Negócio</i>
Total de horas:	<i>60</i>	Total de aulas:	<i>18</i>	Número de professores: <i>1</i>
CH Teórica:	<i>60</i>	CH Prática:	<i>0</i>	CH Laboratório: <i>0</i>
Pré-requisitos:	<i>0</i>			
Professor(es) responsável(eis):				
<i>Gislene Magali da Silva</i>				
2 – EMENTA				
Ambiente Institucional e Constitucional; Políticas Públicas e Ciência Política: Conceitos, Métodos e Premissas; Opinião Pública e Formação da Agenda de Assuntos Públicos; Processo de Decisão Política na Formulação de Políticas; O Planejamento como Política Pública; Implementação de Políticas; Avaliação de políticas públicas.				
3 – COMPETÊNCIAS				
Conhecer os processos decisórios dentro das políticas públicas; Conhecer as políticas públicas de governo; Conhecer a importância da política pública no desenvolvimento socioeconômico; Conhecer os mecanismos de participação social na formulação de políticas públicas.				
4 – HABILIDADES				
Avaliar as políticas públicas governamentais; Identificar instrumentos de participação social na implementação das políticas públicas				
5 – BASES TECNOLÓGICAS				
Ambiente Institucional e Constitucional; Políticas Públicas e Ciência Política: Conceitos, Métodos e Premissas; Opinião Pública e Formação da Agenda de Assuntos Públicos; Processo de Decisão Política na Formulação de Políticas; O Planejamento como Política Pública; Implementação de Políticas; Avaliação de políticas públicas.				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

6 – METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO	As competências e habilidades serão integradas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas, seminários e aulas práticas no laboratório de Informática.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS	Quadro branco <i>Data-show</i> <i>Softwares</i>
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA	A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO	Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:	
9.1 – Básica:	ARRETCHE, Marta T.S. Estado federativo, políticas sociais: determinantes da descentralização . São Paulo, Fapesp. 2003. BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUZA, Luzia Costa de. Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas . São Paulo: Cortez. 2007. GONÇALVES, Alcindo. Políticas Públicas . São Paulo: Saraiva, 2006. JACOBI, PEDRO (Org.); PINHO, JOSÉ ANTONIO (Org.). Inovação, no campo da gestão pública local; novos desafios, novos patamares . Rio de Janeiro: FGV, 2006. STEIN, Ernesto. Política das Políticas Públicas . Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
9.2– Complementar:	COSTA, Nilson do Rosário. Políticas públicas, justiça distributiva e in . São Paulo: Hucitec, 1988. DIAS, Reinaldo. Políticas Públicas . São Paulo: Atlas, 2011. MOREIRA, Orlando Rochadel. Políticas públicas e direito à educação . Belo Horizonte: Fórum, 2007. MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger. Políticas Públicas No Século XXI . Blumenau: Edifurb, 2006. SCHWARTZMAN, Simon. As causas da pobreza . Rio de Janeiro, FGV. 2004.

Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Paula Karini F Amorim
Coordenador (a) do Curso

Data: ____/____/____

Data: ____/____/____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA TOCANTINS			
1 – IDENTIFICAÇÃO:			
Curso:	CST Gestão Pública		Modalidade de:
Unidade Curricular:		Tecnológico	
<i>Projetos Sociais</i>			
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4
Total de horas:	60	Total de aulas:	18
CH Teórica:	60	CH Prática:	0
Pré-requisitos:	Não há		
Professor(es) responsável(eis):			
Ana Jaímile da Cunha			
2 – EMENTA			
Defeitos tradicionais das políticas sociais. Novas orientações para a política social: respeito e inclusão relativos a pessoas com deficiência específica e processo de envelhecimento e respeito ao idoso. A linguagem dos projetos. Atores sociais envolvidos na política social e na avaliação de projetos. Agências de fomento. A nova visão do empreendedorismo. Empreendedorismo social: conceito, natureza e desafios; Modelos de projetos de empreendedorismo social e desenvolvimento sustentável. Marketing para causas sociais. Estrutura básica de um projeto.			
3 – COMPETÊNCIAS			
• Conhecer os formatos organizacionais para o desenvolvimento de projetos sociais; • Identificar demandas e desenvolver estratégias para a elaboração de projetos sociais projetos sociais; • Analisar criticamente as questões sociais a fim de aplicar metodologias para a sua melhoria na forma de projetos sociais.			
4 – HABILIDADES			
• Identificar atores sociais no contexto dos projetos sociais; • Identificar e caracterizar etapas da elaboração de um projeto social; • Elaborar projetos nas mais diversas áreas sociais.			
5 – BASES TECNOLÓGICAS			
• Políticas sociais; • Linguagem dos projetos; • Atores sociais; • Empreendedorismo social; • Projetos de empreendedorismo social e desenvolvimento sustentável; • Marketing social; • Estrutura de projetos.			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

6 – METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO	- As aulas serão expositivas com utilização de recursos audiovisuais, textos e lousa. A interação com o grupo ocorre nos momentos das atividades de leitura, seminários e trabalhos, nas pesquisas, bem como através de estudo dirigido. - As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS	Quadro branco <i>Data-show</i> <i>Softwares</i>
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito das temáticas desenvolvidas no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiros, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA	A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO	Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:	
9.1 – Básica:	COHEN, Ernesto. Avaliação de projetos sociais . 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. MELO NETO, Francisco de Paulo de. Empreendedorismo social : a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. PRINGLE, H.; THOMPSON, M. Marketing social . São Paulo: Makron Books, 2000.
9.2 – Complementar:	ANDREASEN, Alan R. Ética e marketing social . São Paulo: Futura, 2002. LESSA, Carlos. Auto-estima e desenvolvimento social . Rio de Janeiro: Garamond, 2004. LIANZA, Sidney. Tecnologia e desenvolvimento social e solidário . Porto Alegre: UFRGS, 2005. REIGOTA, Marcos. Meio ambiente e representação social . São Paulo: Cortez, 2004.

Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Paula Karini F Amorim
Coordenador (a) do Curso

Data: ____ / ____ / ____

Data: ____ / ____ / ____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Curso:	CST Gestão Pública		Modalidade de:	Tecnológico	
Unidade Curricular:					
Economia Solidária					
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio
Total de horas:	30	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	30	CH Prática:	0	CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:	Não há				
Professor(es) responsável(eis):					

2 – EMENTA

I. Conceito de Economia Solidária. II. EFEITOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, DE LONGO PRAZO, SOBRE A ORDEM CAPITALISTA. 2. O Legado das Ações coletivas dos trabalhadores III TRABALHO E AUTOGESTÃO. 3.1 Razão Solidária, com base na autogestão e cooperação, somada com razão empreendedora, com base na eficiência e viabilidade resulta em Empreendimentos Econômicos Solidários.

3 – COMPETÊNCIAS

Analisar a criação das organizações solidárias e seu diferencial com relação às atividades econômicas predominantes no sistema capitalista neoliberal; Compreender as razões da emergência da economia solidária nos últimos anos, suas lógicas de desenvolvimento e as possibilidades para que essas múltiplas experiências se consolidem e ganhem um sentido decisivo para as lutas de emancipação dos trabalhadores.

4 – HABILIDADES

Situar e analisar a participação do setor público na economia solidária; Conhecer o que é Economia Solidária; Discutir os conceitos básicos sobre Economia Solidária.

5 – BASES TECNOLÓGICAS

I) Conceito de Economia Solidária. 1. Principais Motivos de criação da Economia Solidária; 1.1) Alternativas de Emprego, Complementar a renda, Ganhos em atividades associativas, acesso a financiamento, realizar atividades de autogestão. 1.2) Atividades Realizadas Coletivamente 1.2.1) Produção, Comercialização, Uso de equipamentos, partilha de infraestrutura, aquisição de matéria-prima, insumos, obtenção de clientes e etc. 1.3) Condições para a cooperação econômica entre os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) 1.3.1) Convergência entre a oferta e a demanda; viabilidade Econômica do ato cooperativo, alinhamento a estratégia de cada (E. E. S.); Adesão dos EES a um projeto comum; 1.4) Economia Solidária como Parte das seguintes alternativas; 1.4.1) Contenção das desigualdades, mobilização em favor de mudanças sociais, protagonismo dos trabalhadores na economia. II. EFEITOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, DE LONGO PRAZO, SOBRE A ORDEM CAPITALISTA. 2. O Legado das Ações coletivas dos trabalhadores 2.1) POLÍTICAS: Democracia e arbitragem do Estado 2.2) SOCIAIS: O trabalho como fonte de direitos. 2.3) ECONÔMICAS: Preservação da pluralidade econômica. III TRABALHO E AUTOGESTÃO. 3.1 Razão Solidária, com base na autogestão e cooperação, somada com razão empreendedora, com base na eficiência e viabilidade resulta em Empreendimentos Econômicos Solidários.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

6 – METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS Quadro branco <i>Data-show</i> <i>Softwares</i>
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica: CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; SCHOMMER, Paula Chies; RIGO, Ariadne Scalfoni. Os desafios da Formação em Gestão Social , Palmas – TO: Provisão, 2008. CANÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. Economia Solidária, Cooperativismo Popular e Autogestão . Palmas – To: NESol: UFT, 2007. MOREIRA, Roberto José.. Agricultura familiar; processos sociais e competitividade . Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 198p.
9.2 – Complementar: CATTANI, Antônio David. A outra Economia . Porto Alegre: Veraz, 2003. MANCIE, Euclides André. Como organizar redes Solidárias . Rio de Janeiro: DP&A, Fase 2002. MEDEIROS, Alzira. MARTINS, Paulo Henrique. Economia Popular e Solidária: desafios teóricos e práticos . Recife: Bagaço, 2003.

Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Paula Karini F Amorim
Coordenador (a) do Curso

Data: ____ / ____ / ____

Data: ____ / ____ / ____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

6º PERÍODO

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA TOCANTINS		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS			
1 – IDENTIFICAÇÃO:					
Curso:		CST Gestão Pública		Modalidade de:	Tecnológico
Unidade Curricular:		Código unidade:			
Tópicos Especiais em Desenvolvimento Regional					
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio
Total de horas:	60	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	60	CH Prática:	0	CH Laboratório:	1
Pré-requisitos:	CH Orientação de Estágio: 1				
Professor(es) responsável(eis):					
Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior					
2 – EMENTA					
Evolução da Teoria do desenvolvimento e dos conceitos de Território e Região; de Território: territorialização, desterritorialização, re-territorização e Região: Regionalização, Desequilíbrio Regional; perspectivas das Políticas Públicas Regionais e do Associativismo; modelos analíticos dos problemas provocados pelo Desenvolvimento; e perspectivas do processo de Desenvolvimento. Pluralidade cultural.					
3 – COMPETÊNCIAS					
• Conhecer a evolução da Teoria do desenvolvimento e dos conceitos de Território e Região; • Compreender os conceitos de Território: territorialização, desterritorialização, re-territorização e Região: Regionalização, Desequilíbrio Regional; • Compreender as dimensões e perspectivas das Políticas Públicas Regionais e do Associativismo Globalização e desenvolvimento Regional.					
4 – HABILIDADES					
Discutir, refletir, realizar pesquisas e expor opinião, enfatizando a realidade do Tocantins, sobre atualidades do Desenvolvimento Regional no Brasil e no Mundo; sobre os principais modelos analíticos dos problemas provocados pelo Desenvolvimento e sobre os desafios e perspectivas do processo de Desenvolvimento.					
5 – BASES TECNOLÓGICAS					
Evolução da Teoria do desenvolvimento e dos conceitos de Território e Região; de Território: territorialização, desterritorialização, re-territorização e Região: Regionalização, Desequilíbrio Regional; perspectivas das Políticas Públicas Regionais e do Associativismo; modelos analíticos dos problemas provocados pelo Desenvolvimento; e perspectivas do processo de Desenvolvimento considerando a pluralidade cultural.					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

6 – METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO	As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS	Quadro branco <i>Data-show</i> <i>Softwares</i>
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA	A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO	Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:	
9.1 – Básica:	ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de. RIGOLIN , Tércio Barbosa. Fronteras da Globalização : geografia geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 2005. LENCIONI, Sandra. Região e geografia . São Paulo: EDUSP, 2003. SANTOS, Milton. Território e sociedade ; entrevista com Milton Santos. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2004.
9.2 – Complementar:	BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. IANNI, Octávio. A sociedade global . 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. STÉDILE, João Pedro, (coord.). A questão agrária hoje . 3. ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2002. VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização . 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Paula Karini F Amorim
Coordenador (a) do Curso

Data: ____ / ____ / ____

Data: ____ / ____ / ____